

# EM TEMPO

O ABC não se rendeu

## A VILA EUCLIDES

## VOLTA

## A FERVILHAR

Pág. 13



### DEM AÍ A CONCLAT

(Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras)

## TRABALHADORES VÃO VIRAR A MESA

Quase 200 sindicatos, reunidos na maior assembleia inter-sindical dos últimos anos, decidem convocar para o mês de agosto um congresso nacional dos trabalhadores de todo o país contra a fome e o governo

Págs. 10 e 11



Estudantes preparam greve geral

## Sete respostas ao ministro general

Págs. 6 e 7

### POLÔNIA

O exemplo se alastra pelo Leste Europeu

Pág. 19

O processo-farsa contra o ABC

Advogados entram com recurso no STM

Pág. 3



## Política

# CPIs: CORRUPÇÃO E TERROR

## Só bagrinhos...

As peripécias do governo para boicotar a apuração do terror e da corrupção

Por Juarez Guimarães

Assim, só teremos os bagrinhos, humildes servidores, enquanto os mandantes, os principais responsáveis, ficam impunes, abrigados por uma imunidade". A frase é do deputado Válber Guimarães (PP) a respeito dos rumos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de corrupção, revoltado com a postura do governo que detendo a presidência e a maioria da CPI, condiciona o seu prosseguimento à não convocação de ministros e ex-ministros.

A CPI aprovada regimentalmente em junho do ano passado (já que obteve assinaturas de um terço dos deputados, proporção que lhe assegura a automática aprovação), só começou os seus trabalhos agora, quatro meses após a sua instalação. Isto porque o governo usou de todas as artimanhas parlamentares possíveis para inviabilizá-la.

Mas são tão abundantes as denúncias de corrupção envolvendo autoridades, são tão altos os cargos e patentes ocupados pelas autoridades acusadas que, mesmo assim tão limitada, a CPI assusta o governo e semeia o pânico. Só para se ter uma idéia já foram tornadas públicas denúncias de corrupção envolvendo o presidente Figueiredo, o ministro Andreaza (do Interior), Ernane Galvêas (da Fazenda), Golberi do Couto e Silva (chefe da Casa Civil), Delfim Neto (do Planejamento), Amauri Stabile (da Agricultura), Valdir Arcoverde (da Saúde), além do presidente do PDS (José Sarney), Maluf e muitos outros.



### SNI: 250 mil fichados

"Enganam-se aqueles que pensam que a abertura política está restringindo a ação da comunidade de informações". Opinião do entendedor, ex-chefe de seção no Estado-Maior da 5ª Região Militar, com sede no Paraná, divulgada em extensa reportagem do **JB** do dia 22 último. A reportagem revela que o SNI tem em sua seção de biografias as fichas de 250 mil cidadãos brasileiros, além de manter especialistas em igrejas, movimento estudantil, movimento sindical e organizações clandestinas. Informa ainda que a prática da deduração no movimento sindical deve estar mais difundida do que se pensa, pois desde 1973 o SNI solicita às federações de trabalhadores relatórios sobre áreas de conflito e atividades sindicais.

### Subversão e ridículo

Caíram em completo ridículo as declarações do General Milton Tavares, do II Exército, sobre a apreensão de armas supostamente usadas pela esquerda para assaltar bancos. Em poucos dias, a notícia ficou desacreditada pelo simples fato de que as autoridades foram incapazes de formular uma versão coerente sobre o caso, já que se informou que as armas teriam sido apreendidas em um carro de assaltantes, depois de aparelhos subversivos e, finalmente, no aeroporto de Congonhas, como contrabando.

### Corrupção eleitoral

Parece mentira, mas a corrupção eleitoral está oficialmente defendida em um documento que estabelece diretrizes para o INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) em 1981 e que foi aprovado no 3º Encontro de Coordenadores da Instituição realizado em Porto Velho. O documento afirma textualmente que os benefícios produzidos pelo órgão devem servir "como filão a ser explorado com objetivos eleitorais".

### Dois milhões sem voto

Por falta de quorum foi arquivada a emenda proposta pelos parlamentares Itamar Franco e Epitacio Cafeteira que implantava a representação eleitoral para o Distrito Federal. Assim, os dois milhões de brasileiros que moram em Brasília e nas adjacências continuarão sem direito a votar já que não elegendem nem deputados, nem prefeitos, governador e muito menos presidente. A falta de quorum veio mostrar a desmoralização em que se encontra o Congresso.

### Amazônia em perigo

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a devastação da floresta amazônica, Evandro Carreira, denuncia que as multinacionais estão pressionando para que o prazo da CPI, que termina no dia 31 de março, não seja prorrogado. É que provavelmente sairá em breve um novo "pacote florestal" com desastrosas consequências ambientais para a região amazônica e a CPI poderia funcionar como uma tribuna de defesa ecológica.

De acordo com o relator da CPI, deputado Válber Guimarães, dezenas de novas denúncias já enchem o seu gabinete, originadas inclusive de setores do PDS. Entre elas, irregularidades no INPS do Paraná envolvendo o ministro da Previdência Social, Jair Soares, e a dilapidação de recursos públicos no Banco do Estado de Alagoas. Não é sem razão, pois, que o relator da CPI vem recebendo telefonemas anônimos ameaçando a sua vida e de sua família e teve o seu carro abalroado por uma camionete dirigida por indivíduos que haviam antes pedido carona na saída do local onde o deputado reside.

Pressionada por todos os meios, a CPI começa ouvindo o coronel Pena Boto sobre o escândalo de um luxuoso congresso internacional promovida com verbas da Empresa de Correios e Telégrafos, e prosseguirá ouvindo funcionários do Banco Econômico, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Caixa

Econômica Federal, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e do Banco Central. Os ministros e ex-ministros, que estiveram diretamente envolvidos nestes episódios não serão convocados.

Fatos semelhantes vêm ocorrendo com a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar as responsabilidades dos atentados terroristas que abalaram o país no ano passado e que tem, além da maioria do PDS, como relator, o deputado Italo Conti (ex-general da reserva e colega de turma do general Figueiredo). Aproveitando a sua condição de maioria, o PDS aprovou a convocação de personalidades envolvidas com as ações armadas da esquerda no final da década de 60 como o escritor Fernando Gabeira. A CPI que ouvirá alguns dos atingidos pelo terror, como o presidente da OAB, Seabra Fagundes, e o vereador Antonio Carlos de Carvalho, dificilmente trará novas informações sobre o terrorismo no Brasil.

### PMDB:

## No redemoinho da conciliação

Pressionado, o partido de Ulisses se envolve em acordos e manobras com o PDS.

Alegenda opositorista do PTB anda mais que desacreditada com os favores que o governo vem concedendo para facilitar a sua legalização, e as notícias sobre o patrocínio de Delfim à candidatura de Jânio Quadros ao governo de São Paulo. O PDT vem sucessivamente manchando a sua imagem de oposição, seja no episódio da eleição do candidato do governo, Nelson Marchezan, à presidência da Câmara, quando vários parlamentares do PDT o apoiaram, seja nas alianças feitas com o governador de Pernambuco Marco Maciel quando da eleição da mesa da Assembleia Legislativa local. E do PP, sempre encontrado nas conversações com lideranças do governo, nem se fala...

Agora, é o PMDB que se vê envolvido numa série de episódios que o ameaçam tragar mais profundamente para o redemoinho da conciliação. Através de um compromisso informal assumido entre Cantídio Sampaio e Odacir Klein, respectivamente líderes do PDS e PMDB na Câmara, os parlamentares dos dois partidos se somaram para dar uma folgada vitória aos deputados Furtado Leite (tido como corrupto e do PDS), José Camargo (do PDS e da gang de Maluf), Paes de Andrade (PMDB) e Freitas Nobre (PMDB) para cargos na composição da nova mesa da Câmara dos Deputados. A atitude do PMDB, indefensável, foi criticada duramente pelos outros partidos de



Ulisses: um refém da abertura?

oposição e inclusive em nota oficial pelo deputado Antonio Carlos, do PT.

O segundo momento em que o PMDB, ou alguns de seus deputados, praticaram de manobras com o PDS foi na eleição da mesa para a Assembleia Legislativa de São Paulo quando o candidato de Maluf foi vitorioso através de dois votos do PTB e dois votos do PMDB. Com a perda da direção da Assembleia, a oposição ficará sem um precioso instrumento para articular e incentivar atividades de fiscalização do governo Maluf, como foi a Comissão Especial de Inquérito que revelou o envolvimento direto de comandados do governador paulista na agressão a populares na Freguesia do Ó.

Causou ainda críticas acirradas dentro de certos setores do próprio PMDB, a

visita formal do presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, ao gabinete do ministro da Justiça para debater com ele os termos de um acordo sobre reformas a serem feitas no Estatuto dos Estrangeiros que o governo fez aprovar ano passado. A visita de Ulisses se enquadra perfeitamente nas manobras do governo que, além de não estar querendo modificações substantivas no texto do Estatuto dos Estrangeiros, quer pacificar o plenário do Congresso através de acordos entre as cúpulas partidárias.

Não menos grave foi a resistência dentro do partido, principalmente por parte do pernambucano Roberto Freire, à aprovação de uma comissão especial do PMDB para acompanhar a seca e o encaminhamento da assistência oficial aos flagelados. Taxada como uma medida de provocação ao governo (sic) a eleição dessa comissão foi suavizada com o encaminhamento paralelo da proposta de formação de uma comissão interpartidária, e portanto neutra, para cumprir o mesmo objetivo.

Premido pela chantagem do governo que ameaça sustar o processo eleitoral de 1982 caso a oposição não concilie e modere o conteúdo das suas intervenções, confundido pelas manobras parlamentares do PDS, o PMDB, chamado por algumas correntes de esquerda de a "frente da esperança" ameaça se tornar o mais novo "refém da abertura". (JG)



# Porque o julgamento do ABC foi nulo As razões de apelação da defesa junto ao STM

No último dia 19 os advogados dos réus do ABC entraram com recurso junto ao Superior Tribunal Militar, apelando contra o julgamento ilegal e arbitrário a que foram submetidos os dirigentes sindicais. No recurso, eles sistematizam as várias razões, preliminares e de mérito, pelas quais o julgamento deveria ser anulado e o processo transferido para a justiça comum. Aqui, em versão livre, um resumo das "razões de apelação da defesa".

Por Maura Veiga

## 1. A nulidade do julgamento e o cerceamento da defesa: ou como nem o Sr. Juiz segue a LSN

Conforme o Código do Processo Penal Militar, somente após duas ausências não justificadas dos réus e da defesa é que a sessão de julgamento pode se instalar à revelia e ser convocado um advogado de ofício.

Ora, não houve ausência por duas vezes, mas sim, o adiamento da sessão do dia 19 ao dia 25, conforme pedido dos advogados Airton Soares e Paulo Gerab. E mais, tanto o adiamento como a convocação para o dia 25 não chegou sequer a ser notificada a todos os defensores.

Outro fato, que comprova a intencionalidade de se passar por cima da lei, é que o advogado de ofício teve acesso aos autos do processo dias antes da defesa ser comunicada da nova data; isso, para se preparar para uma "eventual entrada em cena".

## 2. Pré-julgamento: ou as cartas estavam marcadas

Conforme o Código Penal, o juiz não pode antecipadamente fazer qualquer pronunciamento que caracteriza um pré-julgamento. Eis que o juiz é pego em flagrante "ato falho", antes e após a sessão de julgamento, ao declarar, em entrevistas, que sua opinião já se cristalizara, independente do que dissesse a acusação e a defesa e que, o que restava, era apenas adequar a sentença. E, comprovando a suspeita, a sentença foi "redigida" no mesmo dia do julgamento quando o normal, ao menos nos casos polêmicos, é o juiz se servir de 8 dias para tal.

## 3. Ausência de publicidade: ou o público também era réu

A lei permite que todas as sessões de julgamento sejam abertas ao público e aos órgãos de comunicação, excetuando os julgamentos de ordem militar, de interesse de Segurança Nacional e quando é pedida sessão secreta. O julgamento dos sindicalistas não se enquadrava nas exceções. Porém, só foi permitida a entrada de um membro da família dos acusados e de alguns jornalistas selecionados. Mas foi solicitada e permitida a permanência, dentro e fora do recinto, de um verdadeiro aparato militar, o que fez lembrar os tribunais de guerra.

## 4. Ofensa à Segurança Nacional: ou ofensa aos donos do capital

Conforme a lei, qualquer movimento contra os objetivos nacionais permanentes pode ser enquadrado na LSN. A greve dos metalúrgicos do ABC reivindicava apenas melhores salários, melhores condições de vida e trabalho, portanto só poderia ser entendida nos marcos da



legislação trabalhista. Se assim não é, haveria também que enquadrar os padrões na LSN, quando não cumprem as decisões do TRT. A patronal que se prepare!!!

Conforme a lei, ainda somente as atividades consideradas essenciais — como transportes — podem ser incursas na LSN no caso de greve; as demais são submetidas a sanções trabalhistas. O setor metalúrgico não é considerado atividade essencial, logo Lula e os outros sindicalistas não poderiam ser incursos na LSN. Por outro lado os movimentos grevistas, ao próprio ABC, em anos anteriores, não foram reprimidos pela LSN. Qual o motivo então, da greve do ABCD, agora em 1980, sofrer tamanha sanção. Isso o juiz não soube ou não quis explicar.

## 5. Sobre o mérito da acusação: ou quando não se tem provas, inventa-se

Lula é acusado de desobedecer as leis

por ter reconhecido um boletim que convocava os metalúrgicos a uma assembleia, no dia 22 de abril, e por incitar os trabalhadores à greve, de dentro da prisão.

Realmente, em se tratando de trabalhadores, a justiça burguesa faz malabarismos. Lula estava preso no dia 22, logo não poderia ter elaborado o boletim, a não ser que no DEOPS se forneça, além de colchões, mimeógrafos. E reconhecer um boletim, como sendo da diretoria que não se encontrava presa, não é crime algum.

Quanto à outra "prova", é absurda. Primeiro, Lula apenas pediu que se dissesse aos trabalhadores que eles é que deveriam decidir sobre a continuidade ou não do movimento, independente da sua liderança estar presa.

Segundo, estranho acreditar que o Sr. Romeu Tuma permitisse que os líderes fizessem agitação dentro do DEOPS, a não ser que ele estivesse ao lado dos trabalhadores!

## Coerência

O ministro Abi-Ackel declarou que Lula não era mais o presidente do PT e sim Jacó Bittar. Por isso, conversaria só com este sobre as reformas do Estatuto dos Estrangeiros. No dia seguinte, o ministro afirmou que havia se enganado e que iria conversar com Lula. No terceiro dia, porém, voltou atrás e disse que já havia dialogado com o deputado Airton Soares (PT-SP), e que preferia dialogar não com os presidentes dos partidos mas com os parlamentares. Mas, em seguida, encontrou-se com Brizola que é presidente do PDT, mas não é parlamentar.

## Cuspida na cara

Ficará gravada como um exemplo da imoralidade, do profundo desprezo que este governo devota ao povo, a frase do ministro Andreazza atribuindo a provocadores os saques das multidões famintas de flagelados em mais de uma dezena de cidades do interior do Ceará. A frase foi qualificada como "uma cuspidinha na face do infeliz sertanejo" por um parlamentar do PDS que concluiu "que Deus defenda o sr. Andreazza, sua digna esposa e seus filhos de passarem ao menos por uma semana o que estão passando há anos os flagelados do nordeste". Calcula-se que nesta região existam cerca de dois milhões de desempregados atualmente.

## Quem paga o crime? I

Sete trabalhadores perderam a vida brutalmente quando foram colhidos por uma composição da Rede Ferroviária Federal na manhã do dia 18 último em São Paulo. A superintendência da Rede atribuiu a responsabilidade do acidente à "ação nefasta de um grupo de irresponsáveis que ao apedrejarem uma locomotiva em pane, com cerca de 2 mil pessoas em seu interior, levou-as a sair no exato momento em que passava outra locomotiva. "Uma certeza e uma suspeita: a locomotiva que estragou já partiu da estação com avarias e, mesmo com as advertências de seu maquinista foi ordenada a prosseguir viagem, entrando em pane e gerando animosidade entre seus passageiros; suspeita-se que o maquinista da locomotiva que atropelou as vítimas recebeu ordens de superiores para passar em alta velocidade no local (uma curva) e sem apitar, para não facilitar a depredação do trem que dirigia.

## Quem paga o crime? II

Não chegou realmente a haver um tiroteio entre fuzileiros navais e os soldados da PM — como se chegou a noticiar — no episódio que vitimou o tenente Valmir Alcântara e feriu gravemente o tenente José Mário durante a greve da PM baiana. O primeiro recebeu um tiro à queima roupa; o segundo foi baleado pelas costas, quando corria. E definitivamente não convence a versão do vice-almirante Dilmar Rosa, comandante do II Distrito Naval, de que os fuzileiros pensaram que os tenentes da PM eram assaltantes, pois estes usavam pelo menos parte da farda.

## Quem paga o crime? III

Há alguns dias, a menina Elizabeth Pereira Domingues (17 anos) que trabalhava em uma fábrica de sorvetes em Santo André (SP) morreu eletrocutada em seu serviço. No momento de sua morte, Elizabeth estava completamente molhada, sem botas e luvas de borracha. Este, infelizmente, não é um fato isolado: segundo estatísticas recém divulgadas, foram registrados oficialmente 4.673 mortes por acidente de trabalho no ano de 1979, isto é, 15 por dia. Isto sem contar os acidentes ocorridos no campo.





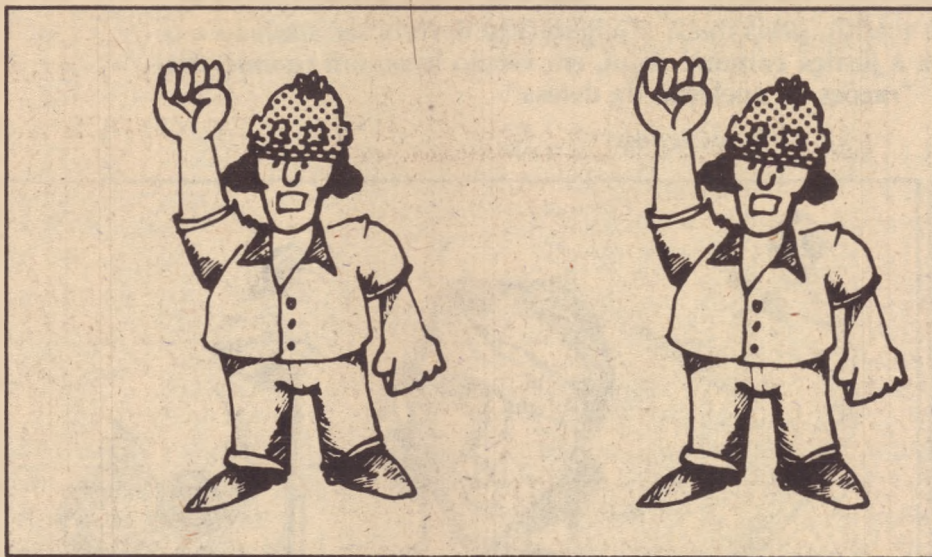
## Direção avalia campanha de filiação

A última reunião da direção nacional do partido fez um balanço de como anda a campanha de filiação nos vários estados. A avaliação é de que as convenções serão realizadas folgadoamente dentro do prazo previsto.

A campanha de filiação de militantes ao PT, em termos nacionais, já é um sucesso. Este o resumo do informe da última reunião da direção nacional do partido realizada no dia 20 em São Paulo. Segundo o Secretário de Organização do PT, deputado Antônio Carlos, o número necessário, de 1/5 de municípios por Estado, com suas filiações ultrapassando o mínimo exigido por lei, já foi atingido no Mato Grosso do Sul, Acre, Maranhão e Piauí; até final de abril há certeza de que esta situação será atingida também nos estados de Santa Catarina, Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Este conjunto completa já o total dos nove estados regularizados exigidos por lei como número mínimo nacionalmente necessário para a legalização do partido.

Mas a situação não fica aí. Ainda segundo a avaliação da direção nacional, até 5 de junho (o prazo limite para as filiações levando-se em conta as convenções municipais nacionalmente marcadas para meados de junho) as exigências legais também estarão cumpridas em Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul. Assim o total de estados legalizados será de 13 nesta rodada.

O deputado Antônio Carlos, diante deste quadro mostra-se otimista e afirma: "àqueles que diziam que o PT não iria sequer conseguir o registro provisório, a resposta já foi dada. Agora, estamos dentro de nossa segunda etapa de afirmação



na legalização onde, por exemplo, em Minas Gerais, tudo indica que legalizaremos mais municípios do que qualquer outro partido de oposição. Há ainda perspectivas animadoras de que possamos também incluir a tempo nesta fase os estados da Bahia, Paraná e Pará. Enfim, as convenções municipais já estão asseguradas dentro do calendário definido inicialmente. E por decorrência as regionais também se cumprirão dentro do previsto".

"Neste sentido, continua o Secretário de Organização do PT, a direção nacional já

está enviando esta semana às direções regionais uma resolução contendo os critérios para a fixação do número de integrantes dos diretórios a serem eleitos proximamente".

Como forma de reforço à campanha pelo registro definitivo, a direção nacional tirou ainda uma resolução no sentido de reforçar com recursos humanos e materiais o trabalho naqueles estados-chave para a obtenção do número mínimo e onde, por ventura, a situação não esteja ainda seguramente garantida.

Se no plano da legalização a reunião da direção traz alento, por outro lado praticamente nada foi deliberado sobre outro assunto de enorme importância política para o partido: a campanha contra a condenação dos dirigentes sindicais.

A necessidade da campanha foi tão somente reafirmada em termos genéricos e ficou adiado para uma próxima reunião da Executiva da direção a concretização de uma programação real de campanha.

Assim, ao que tudo indica prevalece a linha de que a melhor resposta à condenação dos dirigentes sindicais é a própria construção e legalização do PT. O que, segundo vários setores dentro do partido que reivindicam uma maior mobilização nesta luta, é uma visão profundamente incorreta e estreita de tratar a questão dado o seu caráter de luta democrática mais geral e sua envergadura histórica.

Até mesmo porque a própria campanha pela legalização se faria de maneira muito mais viva e concreta se estivesse calcada ao lado de uma intensa mobilização em defesa dos sindicalistas condenados.

Assim, a direção do partido ainda fica por responder a este desafio, que é também uma exigência interna ao próprio PT. Do contrário pode ocorrer que a condenação saia silenciosamente do cenário político nacional até o momento em que, talvez, e subitamente, ela volte sob a forma da confirmação da sentença no STM. (FA)

## Novo Hamburgo - RGS

### Um ano de trabalho sindical

A cidade de Novo Hamburgo conta com um dos núcleos do partido mais atuantes no Estado, com uma forte intervenção no movimento operário e no trabalho de vilas, junto com as associações de moradores. Tentando socializar algumas das experiências desse núcleo, EM TEMPO entrevistou a Gilmar Cardoso dos Santos, membro da comissão executiva municipal, militante que se definiu à primeira chamada do PT.

— Há quanto tempo e como funciona o núcleo?

— O trabalho iniciou em outubro de 79 e já em janeiro de 80 conseguimos estruturar uma sede própria. Começou com 30 pessoas, que permanecem no partido até hoje. Entre eles contam-se trabalhadores do calçado (a cidade é o centro estadual neste ramo), metalúrgicos, bancários, professores e lideranças de vilas.

Este núcleo básico porém não surgiu do nada. Já na época da reformulação partidária reunia-se o conjunto dessas pessoas para discutir os diversos programas e propostas que despontavam. Em sua maioria eram militantes do antigo MDB, o seu setor mais avançado que frente à nova conjuntura não seguiu a reboque das definições das cúpulas.

— Quais as primeiras definições do núcleo em termos de trabalho?

— Participar das associações de bairro e também do movimento operário, com a



prioridade voltada às categorias ligadas diretamente à produção. Discutíamos a intervenção nas associações procurando nos diferenciarmos dos demais partidos.

Por exemplo: jamais sairíamos em defesa dos órgãos públicos, ao contrário dos políticos-profissionais que lutam por anseios e reivindicações reais da população mas que acabam em conchavos com as administrações. Lutávamos e lutamos pela independência política dessas associações.

— Após essas definições quais foram os primeiros passos?

— Nas vilas onde já éramos reconhecidos, fazíamos reuniões mais amplas para discutirmos com os moradores a proposta do PT. Cada militante, além disso, deveria organizar no seu local de moradia, geralmente uma vila, um núcleo de militantes.

**Há um ano atrás iniciamos a formação de uma oposição sindical compreendendo várias categorias e que já deu frutos: a vitória no Sindicato dos Metalúrgicos.**

Já no trabalho operário iniciamos a formação de uma posição sindical puxada pelos militantes do partido. Uma particularidade dessa oposição é que desde o início ela foi formada por operários de diversas categorias. Entendíamos que reunir só operários de um ramo seria provocar a divisão das forças, pois os problemas são comuns. Além disso, em sua maioria, os sindicatos são ocupados por pelegos e para enfrentá-los no seu conjunto é necessário a reunião de todos os militantes de oposição, facilitando a aprendizagem de cada um e acumulando forças no conjunto.

A oposição é assim um transplante direto dessa concepção e um de seus

resultados palpáveis é a vitória no Sindicato dos Metalúrgicos. Um outro momento de intervenção, este mais geral, foi a série de denúncias que realizamos logo após a demissão de 300 funcionários da prefeitura, justamente os mais mal-remunerados e que teriam dificuldades de encontrar novos empregos.

— Como é o cotidiano do núcleo em termos de funcionamento?

— Definimos uma série de comissões de trabalho, responsabilizando os companheiros pelo cumprimento de tarefas. Quanto às discussões internas, o principal tem sido sobre o que deve ser o PT, o que o partido deve ter como prioridades e questões que hoje estão colocadas na conjuntura.

— Em termos imediatos, o que o núcleo tem definido como trabalho?

— Uma das preocupações imediatas é a legalização do partido, a filiação de militantes e a realização das convenções. Ao filarmos temos definido que não devemos fazer um trabalho de cabresto, como os outros partidos, mas que os novos militantes tenham efetivamente conhecimento do programa e dos estatutos e algum nível de participação na estruturação do partido. Não é a idéia de um militante disponível 24 hs para o partido, mas também não é o oposto, um filiado que só vota nas eleições ou, quando muito, nas eleições internas do partido, para os diretórios municipais.



## Paraíba: Trânsfugas pulam fora do PT

Ou porque uma certa esquerda prefere os "liberais de peso" aos trabalhadores de carne e osso.

Não foi a primeira vez, nem será a última" afirmou Lula, ao tomar conhecimento, no último dia 14, da saída do membro da direção nacional Vanderli Farias, junto com 60 outros companheiros, dos quadros do PT da Paraíba. "Pois, acrescentou, na medida em que o partido vai se imponto, tanto os oportunistas que embarcaram na canoa errada como os sabotadores que querem nos destruir vão tendo suas desilusões."

A direção do partido afirma que já vinha notando e comprovando estes sintomas em alguns militantes há mais tempo: houve casos de desligamento em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e, mais recentemente, no Pará.

Neste último Estado, também se desligou do partido, semanas atrás, Paulo Fontelles, advogado da Comissão Pastoral da Terra no sul do Pará. O conhecido advogado, depois de renunciar à presidência do partido em outubro passado, deixou agora o PT alegando divergências políticas (a questão da Constituinte) e de princípio: "Mesmo as possibilidades táticas que o PT oferecia estão historicamente superadas... Construir e fortalecer o verdadeiro partido da classe operária e palmilhar uma linha política revolucionária estão na ordem do dia... E esse partido, de vanguarda, imbuído da luta pelo socialismo científico, apetrechado com a ciência do materialismo histórico e estruturado de forma a poder alçar-se nos grandes vendavais da luta de classes" não é o PT, afirma Fontelles em sua carta de desligamento.

### O fascínio eleitoral do PMDB para 1982

Por seu lado, a saída de Vanderli revelou mais oportunismo e/ou sabotagem do que dogmatismo principista: "O Partido dos Trabalhadores muito pouco tem contribuído para a unidade das oposições... Além disso não representa a classe operária brasileira, pois um partido da classe operária não contribui para a divisão da classe e nem defende a manutenção do capitalismo sob novas roupagens", afirmam os paraibanos em sua carta de saída. Para, em seguida, justificar seu ingresso no PMDB: nele estão "amplos setores populares e democráticos, importantes lideranças sindicais (por ex. o Joaquinção - N.R.), que defendem as posições mais justas dentro deste movimento, os parlamentares mais combativos, democratas convictos, liberais de peso..." (sic), etc.

A saída de Vanderli diferiu das outras porque, dada sua posição dentro do partido, o fato foi deliciosamente aproveitado pela grande imprensa no sentido de fustigar o PT. Mas os argumentos de fundo e as razões ocultas são os mesmos.

Em primeiro lugar, o oportunismo eleitoral. Já no caso dos expulsos em Pernambuco isso se revelou flagrante: as razões que precipitaram a exclusão foi o fato dos militantes em questão, já decididos a sair do partido, estarem tentando ganhar seguidores, inclusive em alguns casos sob a promessa de que dentro do PMDB eles teriam chances eleitorais garantidas em 1982 com sustentação financeira assegurada

1.000  
novos assinantes  
até março

Por um  
**EM TEMPO:**  
cada vez melhor

Campanha  
financeira

**EM TEMPO:**



**UM JORNAL AO LADO  
DOS TRABALHADORES**

faça sua assinatura

Pará, Rua Francisco Leitão, 57 Fone: 852-8880

À Editora Aparte S.A. Estou enviando o cheque ..... por uma assinatura anual  
Rua Francisco Leitão, 57 Comum: Cr\$ 800,00 ( ) Exterior: US\$ 50,00 ( )  
Pinheiros - SP. Nome: .....  
CEP: 05414 Endereço: ..... Bairro: .....  
Fone: 852-8880 Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....

No caso agora da Paraíba a coisa vai pelo mesmo caminho: os companheiros até então não haviam sequer conseguido o registro provisório do partido no seu Estado (para isso, inclusive, chegaram a colocar como condição recursos financeiros da direção nacional!). E, nestas condições, a proximidade das eleições para o ano que vem foi se tornando cada vez mais tentadora. Não pode ser outra a razão de tantos elogios, na carta de desligamento, aos "democratas convictos" e aos "liberais de peso" do PMDB em detrimento dos trabalhadores do PT.

### Uma clássica mistura stalinista: sectarismo estratégico com reformismo tático

Mais além deste pragmatismo oportunista há outras razões. Não que o PT, ao não defender a Constituinte, deixe de "combater a ditadura" como supostamente o faz o PMDB. Esta é uma alegação do tipo cortina de fumaça. Toca num problema real (com o que vários dentro do PT, nós entre eles, concordam) que é o fato do PT ainda não ter assumido a defesa da Constituinte desde o ponto de vista dos trabalhadores. Mas o argumento desemboca no ridículo ao querer concluir que o PMDB combate a ditadura; e ainda, de modo mais radical do que o PT.

Onde? Quando? Como? Nenhuma resposta, a não ser o enunciado retórico de uma versão liberal e jurista da constituinte que está tão apenas no programa do PMDB.

Na verdade o buraco é mais embaixo.

Para além do oportunismo eleitoral o que há de fato é a visão sectária e reformista da esquerda stalinista. Sectária, ao pretender que o partido da classe operária já existe, e pronto, fora do PT; talvez por atestado ideológico passado por não se sabe quem. E reformista porque, a visão que estes companheiros defendem no combate à ditadura, é a de uma aliança com a burguesia dentro de uma luta que se restrinja à democracia formal e não toque nos fundamentos mesmos da exploração capitalista. Este reformismo iguala a independência política da classe trabalhadora ao isolamento, e apregoa que a cola-

boração de classes seja um caminho para a libertação dos trabalhadores.

É claro que uma concepção e uma prática deste tipo, mais cedo ou mais tarde, encontrariam obstáculos dentro do partido; a menos que os sabotadores conseguissem destruí-lo ou desvirtuá-lo, fundamentalmente, de seus propósitos iniciais. Assim, na medida em que o PT vai crescendo e se consolidando, como partido mesmo, e não como uma frente, e mais, dos trabalhadores, e não de colaboração de classes, é natural que estes companheiros mudem de barco ou percam as esperanças em destruir o partido.

## Contra os sabotadores

A nota oficial da direção

A direção nacional do Partido dos Trabalhadores vem prestar os seguintes esclarecimentos a propósito da saída de membros e dirigentes na Paraíba:

1 - Já há algum tempo a direção nacional vinha detectando a nefasta ação de filiados que, em alguns pontos do País, sob o pretexto de divergências políticas, na realidade procuravam sabotar efetivamente a organização e a expansão do Partido. Deliberou, contudo, ouvi-los democraticamente antes de aplicar qualquer sanção estatutária, mas essas pessoas anteciparam seu próprio desligamento.

2 - Algumas dessas pessoas haviam ingressado no PT com esse oculto propósito — agora publicamente evidenciado — de dificultar a sua viabilização legal: outras haviam sido atraídas pela suposição de que, no PT, poderiam dar livre curso às suas ambições pessoais, em detrimento dos interesses coletivos. No concreto, reforçam tanto a perseguição que Governo e Patronato movem contra militantes e dirigentes do PT, através da Lei de Segurança Nacional, quanto a ação dos que, em conluio espúrios com a Direita, tentam impedir que os trabalhadores da cidade e do

campo venham a construir, de forma livre e independente, o seu partido político.

3 - Os que classificam de sectária a luta para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e conquistar a sua participação política bem mostram o que são; eles nunca foram trabalhadores, não conhecem os trabalhadores, mas gostam de falar em nome dos trabalhadores enquanto lutam contra a organização política autônoma dos trabalhadores. Os trabalhadores, na sua sabedoria simples, saberão distingui-los e repudiá-los.

4 - Incidentes como o da Paraíba, e outros, portanto, não impedirão a organização nacional do PT e a conquista de seu registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral. Não afastarão o PT do fiel cumprimento de seu programa, que foi democraticamente discutido e aprovado pelas suas bases e que continua aberto ao seu próprio aperfeiçoamento, desde que igualmente discutido e aprovado pelas suas bases. E, finalmente, não desviarão o PT de seu caminho em busca de uma verdadeira democracia, que interesse aos trabalhadores da cidade e do campo, e de uma sociedade sem explorados nem exploradores.



Educação

# MEC responde aos estudantes com polícia

Diretoria da UNE convoca greve geral se o governo não voltar atrás.

Da Sucursal de BH

**R**ecafirmamos a disposição manifestada desde a nossa posse de buscarmos o diálogo com o MEC como o caminho para resolver os problemas mais graves e imediatos da universidade. O MEC, ao contrário, procura o descaminho, o desrespeito aos estudantes e à sua entidade, quem sabe diante do vazio de respostas para nossas reivindicações e propostas. Só por esta razão entendemos o receio e o temor ao diálogo e ao debate das nossas propostas para resolver a crise da universidade".

De nada adiantou a diretoria da UNE, em nota oficial, insistir na sua disposição em dialogar. No dia 19 de março, data da audiência marcada de comum acordo entre o MEC e a UNE para discutir a pauta de reivindicações — os estudantes encontraram as portas do Ministério guardadas por policiais militares e um pelotão de choque da PM. Isto, os que conseguiram chegar a Brasília, pois cerca de vinte ônibus fretados por delegações estudantis haviam sido barrados nas estradas (inclusive, sendo registradas prisões) e empresas de ônibus em vários Estados haviam sido pressionadas para não alugar seus carros aos estudantes.

Como nos tempos mais negros da ditadura, o Ministério da Educação — agora chefiado por um general — apelou às armas. E é sintomático o tom empregado nas diversas comunicações oficiais do



MEC a respeito das reivindicações. Depois de classificar os representantes estudantis presentes em Brasília como

"um grupo de ativistas", o MEC cinicamente registrou a ausência de uma delegação maior com a conclusão de "que

ficou amplamente demonstrado neste episódio que não houve adesão a falsas lideranças". O tema da "infiltração, das falsas lideranças e dos inocentes úteis" volta a ser brandido pelo MEC que se nega a reconhecer uma entidade eleita por cerca de 400 mil estudantes e que, contraditoriamente, se propõe a retomar o diálogo através dos canais legais, isto é, dos DCEs" quando a pauta de reivindicações encaminhada pela UNE foi aprovada em uma reunião onde participavam mais de 60 DCEs.

Fazendo eco à recente declaração de Figueiredo no Congresso, condicionando a continuidade da abertura à moderação das oposições, o general Ludwig relembra "que o processo de aperfeiçoamento democrático por que atravessa o país é incompatível com a intolerância, a intransigência e arrogância características do posicionamento destes estudantes".

Tendo todas as suas reivindicações negadas em um documento que o MEC distribuiu a mais de 70 reitores de Universidade (ironicamente muitas das reivindicações estudantis, como a suplementação de verbas para as universidades federais haviam sido já aprovadas no encontro nacional de professores recém realizado e até mesmo em um encontro de reitores no ano passado), sem sequer ser reconhecida para dialogar, a diretoria da UNE só pôde responder com a confirmação da proposta de uma greve geral a partir do próximo dia 7 de abril.

## Sete respostas necessárias a um ministro general

### 1 - Os recursos para educação e as "grandes prioridades nacionais"

Segundo o MEC, "é preciso ter em mente que, a rigor, os recursos para educação serão sempre insuficientes. "Mas nem por isso o Brasil precisaria ser o campeão da América Latina em menor dotação orçamentária para educação. O próprio MEC reconhece que "o crescimento acelerado da educação brasileira nos últimos 15 anos somente ganhou expressividade no flanco do ensino superior (...) enquanto estamos longe de alcançar a plenitude do atendimento escolar ao nível fundamental", o que explica que "7 milhões de crianças em idade escolar ainda não recebem os benefícios da educação".

Este suposto privilégio para o ensino superior, aparentemente, jogaria por terra as reivindicações dos estudantes e professores por mais verbas para o ensino superior, particularmente a suplementação das verbas para universidades públicas.

Por um lado, é verdade que no período 1960-77 o ensino superior cresceu a uma taxa de 109,8%. Por outro lado, é verdade também que não foi o governo o responsável pelo financiamento desta expansão, mas o bolso dos estudantes das escolas particulares. Em 1964, 80% das matrículas nas instituições de ensino superior pertenciam às escolas públicas e gratuitas e 20% às escolas particulares. Em 1980 esta situação se inverte: quase 80% das matrículas estão nas particulares, ou seja, dos um milhão e seiscentos mil universitários, menos de 400 mil estudam em escolas públicas e gratuitas.

Se o crescimento de matrículas no 1º grau foi relativamente nulo nestes 17 anos e se a grande expansão do 3º grau não foi financiada pelo governo, para onde foram

### Ponto por ponto, uma resposta ao documento que o MEC enviou aos reitores "explicando" porque se negava a atender as reivindicações dos estudantes.

as verbas da educação, que de 12% do orçamento federal em 1964, passaram para 4% em 1980%

Como diz o próprio documento do MEC, "a compatibilização das grandes prioridades nacionais é uma decisão eminentemente política"...

Dos recursos orçamentários, os Ministérios da Saúde, Previdência e Educação foram penalizados, ao passo que o das Minas e Energia, por exemplo, consome fábulas de dinheiro para a construção de usinas nucleares, num país onde o potencial hidrelétrico é um dos maiores do mundo.

### Os milhões de crianças analfabetas, professores e alunos não participam do bloco dos foliões das mamatas com o dinheiro público

### 2 - Mercadoria ensino X direito à educação

A política do governo, segundo o documento do MEC prevê a "não expansão da rede federal de ensino superior". Para sustentar esta posição, defende-se a hierarquização do ensino superior hoje existente: a parte "nobre", representada pelas universidades públicas, e a parte "inferior", as instituições de ensino particulares.

De fato, aí se expressa mais uma vez a visão elitista e discriminatória do governo em relação ao sistema educacional. Por-

que só uns poucos têm o direito a uma formação profissional mais completa (mesmo assim muito precária)?

A expansão do ensino superior teve como filosofia a massificação da formação universitária, combinada com a sua desqualificação, a semi-especialização e a desvalorização no mercado de trabalho. O ensino superior não teve uma progressão qualitativa mas apenas quantitativa, como bem disse Darcy Ribeiro: "quem aumentou foi o negócio do ensino superior".

Mas mesmo na rede pública federal e estadual a estratégia do governo é provocar a falência financeira das universidades, abrindo campo para a implantação do ensino pago.

### 3 - Porque a gratuidade do ensino superior público.

"Estudos levados a efeito" mostram que "... os candidatos que logram ingressar nas universidades federais são em maioria aqueles mais dotados economicamente". Ainda de acordo com o MEC, "é fácil concluir que no fundo, a campanha visa à manutenção de privilégios, dentre os quais, a moradia gratuita e a refeição subsidiada pelo governo em sua maior parte"...

Uma afirmação como esta só pode ter um objetivo: criar o campo para a implantação definitiva do ensino pago nas escolas públicas, procurando convencer a opinião pública da correção de uma política que visa "acabar com os privilégios de uma minoria". O MEC questiona: se a maioria paga pelo ensino superior porque

uma minoria privilegiada não deve pagar? Nós respondemos: se uma minoria tem o ensino gratuito por que a maioria mais carente também não o tem?

### É falacioso dizer que os recursos aumentaram quando houve uma queda brutal no valor real das verbas

É contraditório justificar a extinção da gratuidade no ensino superior pela necessidade de priorizar o ensino fundamental. O desleixo que o ensino de primeiro grau viveu nestes últimos 17 anos não será reparado com a realocação de algumas migalhas do ensino superior.

Além disso, introduzir o ensino pago nas universidades públicas significa eliminar definitivamente a possibilidade de extensão do ensino público e gratuito para todos os níveis, que é um dos aspectos da eliminação dos privilégios e desigualdades sociais.

A extinção da moradia gratuita e da refeição subsidiada é o primeiro passo efetivo para a cobrança de mensalidades no ensino público superior.

### 4 - Crédito Educativo: anistia, nem a restrita

O MEC não aceita a transformação do crédito educativo em bolsa não reembolsável porque esta proposta esbarra num dos principais alicerces da política educacional do governo para o ensino superior que é o incentivo a sua privatização. Como o próprio documento diz, ele "re-



presenta a garantia direta da sobrevivência da rede privada de ensino superior".

O outro objetivo do crédito educativo — "seu elevado alcance social" — seria muito mais amplo através das bolsas não reembolsáveis. Não resta dúvida que a concessão das bolsas seria um passo para a gratuidade do ensino superior para as escolas particulares e sua transformação em escolas públicas gratuitas.

O desleixo que o ensino de primeiro grau viveu nestes últimos anos não será reparado com algumas migalhas da verba do ensino superior

**5 - Anuidades escolares: estudantes devem pagar pela inflação!**

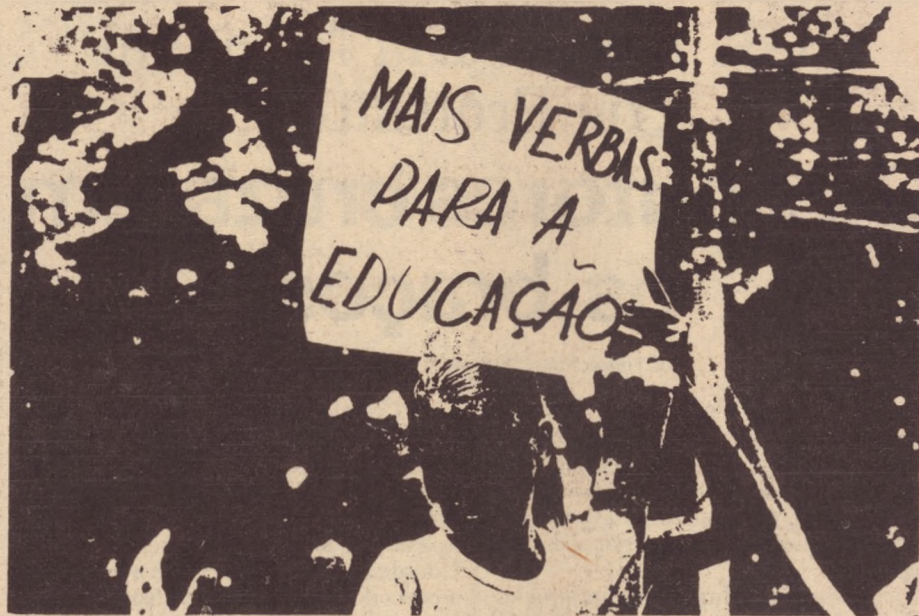
O documento diz: "o valor da anuidade escolar é, naturalmente, função do aumento do custo de vida".

Por que os estudantes devem pagar pela inflação e pelo aumento semestral do salário dos professores se não foram eles que criaram o atual "modelo econômico" e nem usufruíram dos gordos lucros no período do "milagre"?

Mais uma vez o MEC defende o direito dos capitalistas do ensino de tirarem seus lucros nas costas dos estudantes e professores. Por isso é contra a proposta de congelamento das atuais anuidades: "é uma proposta inaceitável por inviabilizar a sustentação financeira das escolas particulares". Isso sabendo que, no ano passado, os aumentos de anuidades, incluindo os repasses e sobre-taxas, foram muito acima do aumento do custo de vida e mesmo acima da inflação!

**6 - Poder: ceder os anéis para não perder os dedos.**

Não se cogita em acabar com a estrutura de poder autoritária das instituições universitárias. O MEC se propõe a reali-



zar uma certa "abertura" para a participação da comunidade nas decisões, "um aperfeiçoamento institucional do sistema universitário".

**Uma proposta criminosa para dividir os estudantes**

A atual estrutura de poder está sem legitimidade e desgastada perante a comunidade universitária. O fortalecimento das associações de docentes e estudantes, a criação de associações de servidores, a reconstrução da UNE e a criação da ANDES são uma realidade da vida política universitária entrando em choque permanente com a estrutura ossificada do poder de decisões.

É esta nova realidade que está forçando o MEC a falar em "aperfeiçoamento" da

estrutura de poder. É a "abertura" chegando à universidade...

**7 - Organização Estudantil: dividir para dominar**

A legitimidade da UNE já foi conquis-

tada perante os estudantes, partidos políticos de oposição, opinião pública etc.

Mesmo assim, o governo foi obrigado a responder às reivindicações da UNE, mesmo que indiretamente. Mas responde com pedradas. Se já não bastasse a negação de todas as reivindicações de verbas e democracia, o documento termina não reconhecendo a UNE e UEEs e com uma proposta criminosa para os interesses da organização sindical dos estudantes: formar diretórios de nível estadual e nacional "quantas forem as linhas e tendências predominantes no âmbito da movimentação dos estudantes universitários".

Antes dos estudantes resolverem suas divergências, existe uma realidade educacional e política no país que os unifica.

Para os estudantes, assim como para todos os oprimidos e explorados, existe um inimigo principal, que é a ditadura militar, o governo da minoria dominante.

E é por isso que a UNE é um instrumento decisivo para a unidade nacional dos estudantes.

**A orgia do grande capital e as "prioridades do governo"**

Gastos previstos para 1981 (bilhões de cruzeiros)

• Orçamento para a educação	83
• Empréstimos do BNDE a juros subsidiados para empresas	100
• Outros subsídios ao setor industrial	250
• Subsídios aos empresários rurais	500
• Incentivos fiscais no Imposto de Renda	60
• Isenções nas tarifas de importação	200

**Sim à greve dos estudantes; não à greve por decreto**

Por Américo Antunes (\*)

O governo através do MEC quer impor aos estudantes universitários uma política draconiana para o ensino superior. Implantar o ensino pago nas universidades públicas e aumentar as anuidades nas escolas particulares no patamar mínimo da taxa inflacionária (dois aumentos, dois repasses e sobretaxa durante o ano).

Até agora, a resposta do conjunto dos estudantes à essa política foi combativa, mas dispersa e isolada nas escolas.

**Porque a greve**

A greve de três dias do semestre passado, foi o primeiro momento de uma resposta unitária a nível nacional. No entanto, foi mais um movimento de protesto, do que de conquista, sem que se pudesse propiciar um acúmulo de forças capaz de barrar o "pacote" de natal imposto aos estudantes.

A nossa dispersão e desorganização política só faz reforçar a política de desresponsabilização do governo com os destinos da educação no país. Nesse sentido, o único caminho existente para garantir a defesa do ensino público e gratuito é a greve geral. A única medida de força capaz de barrar a ofensiva do MEC, forçar as negociações, e garantir conquistas efetivas.

**Entretanto...**

Para a realização de uma greve geral com força e sustentação política necessária para enfrentar a intransigência da ditadura e conquistar vitórias, todos os estudantes precisam estar conscientes da necessidade da greve e seguros de seus obje-

tivos. A consciência da luta tem que estar enraizada em cada sala de aula.

No entanto, a orientação dada até agora pela diretoria da UNE não aponta no sentido de armar politicamente os estudantes para a luta. O último Congresso da UNE que poderia representar um momento efetivo de preparação da greve, como da síntese da mobilização de um milhão de estudantes, que pararam durante a greve de três dias, sucumbiu à orientação eleitoreira e aparelhista que lhe foi imposta, sendo derrotada a proposta que apontava um processo de preparação e acumulação de forças para um enfrentamento vitorioso com o MEC.

E os membros da atual diretoria da UNE que eram então os mais intransigentes combatentes da greve geral, se transformaram em menos de dois meses depois, nos mais ardentes defensores dessa forma de luta. Depois da desmobilização dos estudantes, depois que o MEC impôs o seu pacote, a diretoria da UNE resolve assumir a proposta derrotada no Congresso, e da pior forma possível: sem qualquer autocrítica e impondo um encaminhamento anti-democrático ao processo de deflagração da greve.

Em primeiro lugar, burlou a decisão do Congresso de realização de um CONEB (formado por DAs) em fevereiro, transformando-o em um CONEG (formado por DCEs).

Em segundo lugar, tentou impor a deliberação da greve no CONEG em período de férias.

Em terceiro lugar, elegeu o CONEG como instância de deliberação da greve geral no dia 7 de abril, não aceitando a

proposta de dar soberania às assembléias por escola e a realização de um CONEB para a deflagração do movimento.

De uma linha imobilista, a diretoria da UNE cai no ufanismo, desconsiderando a desmobilização anterior dos estudantes e, principalmente, desconhecendo que a construção de nossa unidade nacional passa pela democracia de base construída nas salas de aula.

**O que fazer agora?**

Para enfrentar essa situação, não basta evidentemente apontar os erros e as limitações da proposta da diretoria da UNE, e discutir como deveria ser a preparação da greve, quando todas as engrenagens do processo já estão em movimento.

Afinal de contas, estamos às vésperas do CONEG que deverá discutir a deflagração da greve, e devemos ter uma proposta clara de contraposição ao aventureirismo irresponsável da diretoria da UNE.

Nós somos, ao lado dos professores e funcionários, e ao lado da maioria da população, os maiores interessados em enfrentar a falência atual do ensino nesse país. Por isso, exigimos do MEC o reconhecimento de nossas entidades representativas, e a abertura da discussão sobre nossas reivindicações. E o MEC vai ter que engolir tudo isso!

**Nem o aventureirismo e nem o imobilismo**

Desperdiçada a possibilidade do Congresso se constituir num momento efetivo

de preparação da greve, partimos novamente da estaca zero. Sendo assim, é impossível aderir cegamente a uma greve que se pretende nacional e por tempo indeterminado, sem que o movimento estudantil como um todo possa aferir concretamente seu nível de discussão e organização, e sem que o conjunto dos estudantes possa exercer um estrito controle sobre os rumos do seu movimento.

Por isso, a proposta no nosso entender que melhor combina a necessidade do enfrentamento com o nível de organização acumulado, é que o CONEG, a partir de uma avaliação positiva de 50% mais 1 das entidades, deflagre uma greve a princípio por três dias, combinada com uma manifestação pública unitária a nível nacional, denunciando o autoritarismo do MEC e exigindo a abertura das negociações. O movimento deverá ser avaliado no 3º dia de paralisação, em assembléias a serem realizadas em todas as escolas, sobre a continuidade ou não da greve, sendo todo o processo centralizado pelo CONEG em sessão permanente.

A partir da aferição concreta e efetiva das condições até então reunidas para a sustentação do movimento, nós definiremos ou pela sua continuidade, ou pela adoção de outras formas de luta que propiciem o acúmulo de força necessário para, num segundo momento, deflagrarmos uma greve vitoriosa em suas reivindicações.

(\*) Américo Antunes é presidente da UEE-MG



Saúde

# 18 de março: Dia Nacional de Protesto

## Os doutores cruzaram os braços

Por Tomás Mata Machado e Marília Carvalho

No último dia 18 de março, pela primeira vez, médicos de todo o país se uniram num Dia Nacional de Protesto, dando prosseguimento a sua luta por melhores condições de trabalho e aumento salarial no INAMPS. Cinco Estados paralisaram praticamente todo o atendimento enquanto nos outros havia paralisações parciais, manifestações e assembléias. Enfim, tudo indica que a categoria médica, tida até pouco tempo como elite privilegiada, entrou definitivamente no cenário político, como categoria de assalariados explorados.

A história do movimento médico começa na segunda metade da década de 60, quando já é inegável o processo de assalariamento do médico que, de profissional liberal bem remunerado, passa cada vez

mais a assalariado mal pago. A partir daí se organiza o Movimento de Renovação Médica (REME), que conquista a diretoria de vários sindicatos (Rio, São Paulo, Minas, Bahia, etc) e algumas associações médicas, colocando-os a serviço da categoria.

O movimento atual engloba aqueles que não entram em dissídio coletivo (médicos do INAMPS e dos hospitais públicos), dando continuidade a uma luta já de algum tempo, quando inúmeras cartas e pedidos foram praticamente ignorados pelo governo.

Dessa forma, em janeiro de 81, reuniu-se a Federação Nacional dos Médicos, que engloba os sindicatos de cada Estado, para tentar unificar a luta. Foi definida

uma Coordenação Nacional e realizadas assembléias por Estado definindo a pauta de reivindicações a ser apresentada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (veja abaixo). No dia 9 de fevereiro, apesar de entrevista marcada, toda a Coordenação Nacional ficou a ver navios à porta do Sr. Ministro Jair Soares, que se recusou a recebê-la.

Foi então que os médicos se decidiram por um Dia Nacional de Protesto, que para muitos Estados significou a primeira mobilização mais massiva da categoria. Uma grande desigualdade no nível de organização é um dos problemas que os médicos têm de enfrentar, criando condições para que todos possam atingir o grau de mobilização, por exemplo, do Rio

de Janeiro, onde 20 mil médicos paralisaram totalmente as atividades.

O problema da unidade, aliás, é mais sério. Organizados tanto em sindicatos como em associações médicas, que teoricamente teriam funções científicas, os médicos viram o presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. Pedro Kassabi, que foi convidado a participar da Coordenação Nacional, tomar atitudes claramente divisionistas. Ele divulgou outra proposta de mobilização — greve branca no dia 16 de março — confundindo a organização dos médicos.

No entanto, o Dia Nacional de Protesto foi indiscutivelmente um marco para a categoria. Casos como o do posto do INAMPS de Jussara (Goiás) onde os médicos fizeram greve atendendo gratuitamente toda a população, inscrita ou não no Instituto, o apoio dos partidos de oposição, de inúmeras entidades e associações populares, de sindicatos e da Igreja, marcaram um caminho seguro de unidade dos médicos com a população oprimida. Por outro lado, o caráter nacional do movimento, a força que demonstrou já nesse primeiro momento, deram seus frutos: o Ministério recuou e chamou a Coordenação para negociar, apresentando uma contra-proposta de 60% de aumento.

Final, quem é este monstro comedor de dinheiro, fazedor de filas, de doentes e de médicos mal pagos?

O avô do INAMPS foram as Caixas de Aposentadoria e Pensão, criadas pelos próprios trabalhadores, ferroviários à frente, na década de 20. Depois de muita luta, as Caixas foram regulamentadas pelo governo, em 1923, passando a ser sustentadas com recursos dos empregadores, empregados e governo. Em 1937, as Caixas, que eram organizadas por local de trabalho, com controle direto da base foram centralizadas nacionalmente por categorias, nos Institutos de Assistência Previdenciária. Ficaram então subordinadas ao Ministério do Trabalho, recém criado, mas também aos sindicatos. Só em 1967 nasce o INPS tal qual é hoje, sustentado com recursos dos trabalhadores, mas inteiramente centralizado nas mãos do governo, através do Ministério da Previdência e Assistência Social. Para conseguir esse controle, foi necessária muita repressão sobre os sindicatos, entre 64 e 67, tirando-os da direção dos institutos de aposentadoria e pensão.

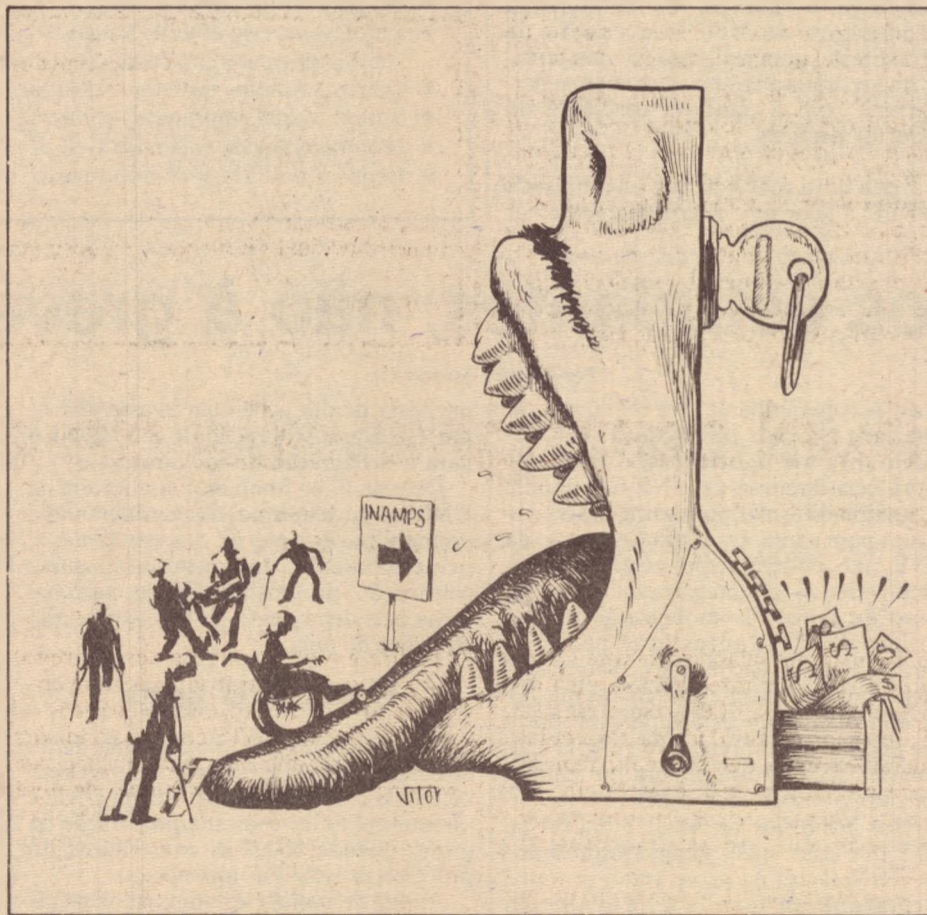
Hoje, o INAMPS funciona através de três tipos de serviço: sua rede própria de hospitais e ambulatórios (postos de consulta); convênios com sindicatos e empresas que montam seus próprios postos recebendo uma remuneração fixa mensal do INAMPS; e através de contratação de empresas médicas privadas, que cobrem, na verdade, o grosso dos serviços.

### Quem fica com o dinheiro que o monstro come

A partir do final da década de 60, o INAMPS vai intensificar cada vez mais uma tendência à diminuição da sua rede própria, crescendo a participação das empresas médicas contratadas. Por exemplo, do total de leitos existentes em 1960, apenas 14,4% eram do setor privado. Em 1971, essa participação já era de 45%. Isso quer dizer que, ao invés de criar hospitais públicos, o que o INAMPS tem feito é incentivar a iniciativa particular. Basta dizer que hoje, 91% das despesas do INAMPS são gastos no pagamento de serviços da rede conveniada e contratada.

Além destes contratos e convênios, o INAMPS financia a instalação de hospitais e assume com serviços próprios todos os encargos não lucrativos (trata-

## O monstro do INAMPS



mentos e doenças "a longo prazo", como reabilitação profissional, tuberculose e lepra, e cirurgias como transplantes, microcirurgias, operações cardíacas etc). Enfim, o dinheiro dos segurados, aqueles 8% que todo mês nos descontam do salário, está indo em primeiro lugar para a mão dos donos de empresas médicas. Em segundo lugar, vai para as mãos dos fabricantes de medicamentos e equipamentos médicos. Na verdade, são os interesses desses três tipos de capitalistas que determinam como devem ser aplicados os recursos dos segurados e não as necessidades do povo. Por exemplo: é verdade que os serviços prestados direta ou indiretamente pelo INAMPS cresceram. Mas cresceram principalmente os serviços sofisticados, hospitais preparados para as intervenções mais complicadas e não os

simples ambulatórios, os postos do INAMPS.

Com isso, cresceram também o consumo de remédios e o consumo de equipamentos médicos. No entanto, estatísticas provam que 80% dos casos que chegam num ambulatório podem ser resolvidos ali mesmo. 15% precisam de uma intervenção simples (dois a sete dias num hospital geral, um hospital simples) e apenas 5% precisam de intervenções complicadas, feitas em hospitais especializados.

### O que o monstro faz com quem lhe dá de comer

Desse jeito, não há dinheiro que chegue para sustentar o INAMPS, porque quanto mais dinheiro entra, mais os hospitais e indústrias de equipamentos e remédios têm lucro e menos saúde tem a população.

É por isso que o INAMPS deve 72 bilhões de cruzeiros, um bilhão de dólares.

Nem é preciso dizer. INAMPS é sinônimo de fila, de mal atendimento, de baixa qualidade, de falta de conforto. Em primeiro lugar, quanto mais gente se atender melhor, pouco importa como se atendeu. Em segundo lugar, o atendimento está todo concentrado nos lugares onde a população tem maior poder aquisitivo: nas grandes cidades, especialmente no sul e sudeste do país. Segundo o próprio Ministro da Saúde, 40 milhões de brasileiros não têm nenhuma assistência médica.

Finalmente, se o investimento prioritário são os equipamentos e hospitais sofisticados, e não os postos do INAMPS, é essa a origem das filas enormes, ao longo das madrugadas. A iniciativa privada até agora não tem tido interesse em fazer contratos para consulta através do INAMPS, porque é pouco lucrativo. E como os serviços próprios do Instituto são cada vez menores...

### Como vive quem trabalha para o monstro

Um médico do INPS ganha Cr\$. 21.000,00 para trabalhar quatro horas por dia. Nestas quatro horas, ele deve atender entre 16 e 20 pacientes, ou seja, ele tem 12 minutos para atender, descobrir a doença e receitar!

Nos hospitais contratados pelo INAMPS não se credenciam novos médicos desde 1976, o que acontece é que médicos não credenciados atendem em nome de um médico registrado pelo hospital e recebem apenas um salário fixo. A diferença, é claro, fica com o hospital.

Além disso, como a empresa médica recebe mais por intervenções mais complicadas, o médico é sempre pressionado para receitar mais do que o paciente precisa. Por exemplo: enquanto a Organização Mundial de Saúde dá como padrão que 5% do total de partos sejam cesarianas, no Rio de Janeiro este índice chega a 60%!

Enfim, o médico ganha pouco, trabalha sem condições e para sobreviver arranja vários empregos, trabalhando em média 60 a 70 horas por semana, incluindo aí plantões noturnos. Apesar disso e apesar dos 40 milhões de brasileiros sem assistência médica, em nossos 110 mil médicos, 30 mil estão sem emprego ou sub-empregados!



Economia

# Simonsen, Galvêas, Vidigal & Cia Os novos paladinos da negociação direta

Porque vários setores do patronato começam a defender o fim da política salarial e a instauração do sistema de negociações diretas

A coerência não é o forte dos economistas do regime. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, um dos artífices da política salarial do arrocho implantada pela ditadura após 1964, veio agora na semana passada de público, defender a negociação direta entre trabalhadores e patrões independentes da interferência do estado. E logo se formou um coro pela "liberdade de negociação": dirigentes empresariais, a FIESP à frente, deram seu aval à sugestão de Simonsen e o próprio atual ministro da Fazenda, Ernane Galvêas numa coletiva se pronunciou a favor da não intervenção do estado nas negociações.

Por trás da fumaça estava o fogo: com a crise econômica avançando os empresários querem, ainda com mais violência descarregar o seu peso sobre os trabalhadores. E a maneira como enxergam esta possibilidade é a derrubada da lei dos reajustes semestrais aprovada há 18 meses e reformulada (para pior, do ponto de vista dos trabalhadores) tão somente há três meses atrás.

A pílula vem adocicada ao estilo de sempre: a atual política salarial é inflacionária, proclamaram os empresários. O que no entanto é falso. Basta comparar o Índice Geral de Preços (inflação) dos últimos meses com o INPC — que rege a política salarial — para se constatar: se os salários não tem sequer conseguido correr atrás da inflação, como poderiam então estar provocando a inflação? (ver quadro)

Mas os números também nunca foram o forte dos homens que teorizam contra os trabalhadores neste país. Nunca aceitaram os dados da concentração da renda, o



decréscimo do salário real, e sempre que necessário fajutaram índices à vontade.

O máximo do sofisma está, no entanto, no seu desfecho: hipocritamente os empresários propõem no lugar da atual política salarial a negociação direta. Pois, argumentam, numa sociedade em abertura, não é democrático que o estado, paternalisticamente, proteja por lei os interesses dos trabalhadores através de uma política de reajustes compulsórios para as empresas. A livre e direta negociação entre

as partes seria o método mais de acordo com a sociedade pluralista e democrática que estamos construindo, concluem os porta vozes do patronato.

A hipocrisia deste discurso, aparentemente democrático e liberal, não é difícil de ser percebida. Pois em nenhum momento os agora "paladinos da negociação direta" falaram uma palavra sequer sobre a estrutura sindical brasileira, nem muito menos sobre a recente condenação de Lula e seus companheiros do ABC pela greve do ano passado. Os empresários, sim, querem a negociação direta, mas com a estrutura sindical que aí está, onde o poder de negociação simplesmente não existe em função das constantes ameaças e práticas de intervenção, destituição, proibição de greves, prisões e condenações.

Os trabalhadores sempre foram e são a favor da livre negociação direta. Até mesmo porque, ao contrário do que afirmam

os empresários, e os números o confirmam, o estado nunca os protegeu de forma alguma através de suas políticas salariais que sempre foram de arrocho.

Na negociação direta com as mãos livres, com liberdade e autonomia sindical, os sindicatos se fortaleceriam pela sua combatividade — que dariam então resultados concretos para a categoria — a solidariedade inter-categorias se desenvolveria — dos mais fortes em prol dos mais fracos — e aí sim, os trabalhadores imporiam suas reivindicações em contratos coletivos, abrindo caminho por esta via a um novo movimento sindical no país.

Mas, é claro, disso os empresários não querem nem ouvir falar. Daí o caráter cínico e hipócrita de toda esta algazarra patronal em torno da negociação direta.

(FA)

### Varição nos índices de preços

	variação nos últimos 12 meses anteriores:	
	agosto/80	janeiro/81
Índice Geral de Preços	109,1%	109,1%
Índice Nacional de Preços ao Consumidor	88,2%	95,4%

Fonte: IBGE

## Escala móvel com garantia de emprego

Com negociação direta ou com política salarial do governo, o que os trabalhadores hoje precisam é da conquista da escala móvel de salários e da garantia do emprego.

Por Élio Falcão Vieira

A elevação persistente dos preços é um dos problemas mais cruciais da economia brasileira. A evidência altista do dia a dia não corresponde a uma política salarial capaz de retribuir ao trabalhador uma recomposição que faça frente a deterioração que, a cada momento que passa, aprofunda o hiato que separa o que se ganha daquilo que se deve comprar.

Nas alterações procedidas na economia brasileira para o ano de 1981 não se vislumbram quaisquer sinais de diretrizes atenuantes do processo inflacionário que não estejam calcados na penalização do trabalho.

A liberação da correção monetária — de acordo com o nível do Índice Geral de Preços ao Consumidor —, a variação cambial — flutuando entre a inflação interna e externa —, a liberação da taxa de juros — onerando compras fundamentais à prestação —, o afrouxamento dos controles de preços, via Comissão Interministerial de Preços — motivando a avalanche altista que se verifica — trazem no seu bojo focos estimuladores da remarcação de preços que vão desde o pão até ao pagamento das prestações do BNH, passando por todos os bens de consumo, imediatos ou "duráveis".

Paralelamente, o avanço conseguido com os reajustes salariais semestrais não se mostra capaz de fazer frente a uma taxa inflacionária de 100%. Se a este fato aliarmos a regressividade da nova política salarial, veremos que são muito tênues — para não falar em inexistência — as possibilidades de qualquer acerto entre o que se recebe e aquilo que a inflação estabelece.

A escala móvel de salários é uma bandeira a ser desfraldada pelo PT no sentido de manter o poder aquisitivo independente de outras alternativas como o instituto da produtividade.

Não se aceita e não se vê razão para argumentar que salários sejam uma fonte de pressão inflacionária quando se tem em mente que somente no instante que o acréscimo salarial mais a produtividade for maior que a produtividade global do sistema a questão pode merecer discussão.

O que não pode permanecer é a isenção das classes dominantes nos ganhos de capital e a inviabilidade da classe trabalhadora conseguir manter constante rendimento a que tem direito.

Entretanto, mister se faz que a campanha do salário móvel e sua obtenção não

leve ao aumento da rotatividade da mão-de-obra e o conseqüente desemprego. Para tanto a classe trabalhadora tem de se munir de alguns instrumentos básicos.

O advento do FGTS criou as condições necessárias e suficientes para que a classe patronal possa substituir a mão de obra mais cara pela mais barata embora esta considerada cara, esteja muito aquém do nível de subsistência condigna.

A carência de geração de novas oportunidades de emprego, fruto da política que torna capitalizar mais atraente do que empregar mão de obra, aliada ao êxodo rural, estimulado pela política governamental, cria o "exército de reserva" que vai dar à classe capitalista condições de burlar a justa conquista do "salário móvel" pelo expediente da rotação da mão-de-obra.

Por isto, na ingente tarefa de conseguir-se a escala móvel de salários é preciso também que no seu decreto fique estabelecido que as indústrias, o comércio e todos aqueles que empregam não podem reduzir o montante global pago como remuneração ao trabalho sob a pena de terem de recolher a quantidade reduzida (incluindo encargos sociais) como tributação no mês em que a mesma ocorrer.

Fica evidente que o montante de gastos incompreensíveis — gastos de pessoal —

será periodicamente atualizado com o mesmo índice que propiciará a escala móvel de salários.

A compatibilização destas duas proposições é que dará viabilidade a institucionalização da escala móvel de salários sem que a rotatividade continue a fazer sentir-se com mais intensidade que já vem ocorrendo hoje.

A história das conquistas das classes trabalhadoras tem muitas vezes constatado esta burla, feita sob os auspícios da própria lei que, por ser feita pela minoria detentora do poder, não vai, obviamente, legislar contra si.

A luta pela escala móvel não será de fácil consecução, mas tem de ficar bem claro que a mesma após ser atingida não será mais um mecanismo à disposição da justificativa da burguesia para deixar o trabalhador brasileiro desempregado temporariamente e substituído por outro de menor remuneração. Em virtude do dirigismo de esvaziar os campos — trocando o homem por máquinas — para criar o imenso exército de reserva o salário móvel não pode, em vez de ser um avanço, ser mais uma arma desferida contra o próprio trabalhador que a conquistou.



# Pluralidade ou unicidade

O debate sobre pluralidade ou unicidade sindical, iniciado no EM TEMPO n.º 124, continua. Aqui uma conversa com o professor Francisco Weffort, pesquisador sobre a história do movimento sindical brasileiro e membro da direção nacional do PT. E mais, as opiniões de três dirigentes sindicais-

Por Elvira Oliveira

## Francisco Weffort Unidade democrática ou Unidade burocrática?

Neste debate que começa a ocupar as páginas dos jornais e que promete crescer e esquentar durante o CONCLAT — Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras — e mesmo nos meses que antecedem sua realização, muitos pontos são obscuros pois, segundo Weffort, nunca na história do movimento operário brasileiro vivemos a experiência do pluralismo sindical e, ao contrário, já carregamos há 50 anos o pesado fardo da estrutura sindical de inspiração fascista, vertical e com os sindicatos atrelados ao estado.

Mas, mesmo quando os sindicatos eram livres, antes de 1930, o modelo existente era o do sindicato único. Numa situação de pluralidade, no entanto, os sindicatos podem se organizar por ramos industriais, por empresas, numa forma plurimunicipal (no caso, por exemplo, dos sindicatos de metalúrgicos de várias cidades decidirem se unir numa mesma entidade), ou pela associação de várias categorias de trabalhadores (um sindicato que resultasse da reunião de têxteis, químicos e vidreiros).

### A pluralidade, aliada ao fim do imposto sindical seria uma arma eficiente para por fim aos "sindicatos de carimbo"

Weffort acha esta forma plural positiva: ela funciona ou pode existir em todos os países capitalistas democráticos, enquanto a forma do sindicato único é adotada apenas nas ditaduras ou nos países socialistas burocratizados. O pluralismo, aliado ao fim do imposto sindical (nesse caso, os sindicatos teriam que naturalmente abrir mão do imposto sindical compulsório sobre o conjunto da categoria, pois não haveria sentido nenhum em se continuar sob a dependência e o domínio do estado), seria uma arma eficiente para acabar com os "sindicatos de carimbo", entidades imobilistas, assistencialistas, que não se preocupam em organizar a categoria e muito menos trazê-la para dentro do sindicato.

A questão, porém, segundo Weffort, que deve ser colocada nesse momento, e que é mesmo preliminar a qualquer outra, é a da liberdade e autonomia sindical. Este é o debate prioritário e é pela liberdade e autonomia sindical que a classe operária deve lutar hoje. Dando este passo, conquistando estes objetivos, só então, os "trabalhadores poderão escolher livremente a forma em que desejarem se organizar. Se será sob a forma de pluralidade ou em sindicatos únicos, só o futuro e as lutas dos operários poderão responder. Privilegiar agora a polêmica: pluralidade ou unicidade sindical? — é alimentar um debate que é falso hoje". Como também é falso pressupor que o pluralismo sindical enfraquece o movimento operário e que seu contrário, o sindicato único, o fortalece. Principalmente se tivermos em conta que os maiores defensores deste último, no momento, os defensores da chamada Unidade Sindical, a quem de cima para



Weffort, junto com Lula, na recente viagem pela Europa

baixo, imposta aos trabalhadores, conclui o professor.

Quando discutimos a unidade, diz Weffort, precisamos ter muito claro a diferença entre as concepções de unidade que existem por aí. A diferença entre a unidade democrática e a unidade burocrática. "Sou, por exemplo, totalmente favorável à unidade, mas a unidade na ação, unidade política, de luta dos trabalhadores, nascida da base. Na Alemanha Ocidental e Suécia, os sindicatos são livres e autônomos, podem assumir a forma que bem desejarem, e no entanto, os trabalhadores optaram por um sindicato único. Lá existe uma única central sindical. Em outro caso, na Itália, embora existam várias centrais sindicais, estas estão procurando uma unidade superior, que as fortaleça na ação.

"Eu considero uma grande contradição fazermos em sindicato único e liberdade e autonomia sindical; é um contrasenso. Não é correto que lutemos pela liberdade e autonomia sindical e ao mesmo tempo pela CUT, pois essa só existirá de fato, só será autêntica, se o que estiver abaixo dela, os sindicatos, forem livres, desatrelados do estado e autônomos em relação aos partidos".

### Hoje, é certo que aos patrões e ao governo o pluralismo não interessa.

E, voltando à questão da pluralidade, "ela não é um bicho de sete cabeças. O que acontece é que sua discussão ainda hoje nos causa desconforto, pela própria tradição histórica que temos. Antes de 64, o debate se colocava da seguinte forma: a direita e os liberais defendiam a liberdade e autonomia sindical associada ao pluralismo, enquanto a burocracia do Partido Comunista e os partidos populistas defendiam a liberdade e autonomia sindical e a unidade sindical. Portanto, defender a pluralidade era privilégio da direita".

Para Weffort, o debate hoje está mal posto e não deve ser a preocupação para o movimento sindical autêntico neste momento. No entanto, no CONCLAT o tipo de estrutura sindical que os trabalhadores querem estará sendo discutido e, mesmo a Central Única pode começar a estourar na praça. Frente a isso, os trabalhadores combativos, não podem ser pegos de calças curtas.

## Jacó Bittar

### O tema não deve ser um tabú

Eu acho que nenhum tema deve ser tratado como tabú. A discussão deve ser feita, levando-se em conta as especificidades de cada país. Hoje em dia muita gente tem medo de discutir e nem toca por exemplo, na Convenção 87 (da Organiza-

ção Internacional do Trabalho), que trata da pluralidade sindical), pois acha que isso pode acabar dando no pluralismo. A unidade para mim, no entanto, tem que ser consciente, na prática.

## Arnaldo Gonçalves A pluralidade serve aos patrões

Acho que é um debate difícil de ser colocado agora. Até hoje quem falou sobre pluralidade sindical foram os patrões e o governo. A experiência dos trabalhadores no Brasil sempre foi pela unicidade. As

tentativas de criação de outros sindicatos não deu certo. E penso que essa discussão não é para os trabalhadores lançarem. Se alguém tiver que levá-la pra frente, que seja o governo e os empresários e não nós.

## Olívio Dutra A unicidade pode ser conquistada na pluralidade

Eu penso que a questão fundamental hoje é a liberdade e a autonomia sindical e um dos aspectos dessa liberdade é o direito de exercermos a liberdade da forma que melhor escolhermos. Em alguns países em que existe a pluralidade sindical, ela está sendo questionada pelos

próprios trabalhadores que estão procurando a unicidade, na pluralidade. Eu acho que o importante é construirmos uma unidade de baixo para cima e não o contrário e vejo que a unicidade pode ser conquistada na pluralidade.

# EDITORIAL

## Uma CONCLAT contra a ditadura dos patrões

O sindicalismo brasileiro viveu momentos importantes no triênio 78/80.

Após estes primeiros embates da classe operária, começa a se delinear um quadro político que deve dominar a vida sindical brasileira por alguns anos. De um lado, temos a frutificação de uma corrente sindical classista, resultado de um esforço anônimo de milhares de trabalhadores. De outro, delimita-se a corrente formada por pelegos notórios que vestiram a roupa dos novos tempos e por stalinistas de várias estirpes, confirmando sua tradição de se aliarem aos piores traidores da classe operária.

A primeira destas correntes nasceu dos embates contra a burguesia. A segunda, articulou-se na sombra das derrotas da classe operária, alimentada pelo temor do peleguismo de se ver varrido do panorama sindical.

Aproveitando-se de uma conjuntura desfavorável à classe operária, onde a ameaça do desemprego combina-se à frustração pelos magros resultados obtidos nas lutas, esta corrente, a chamada Unidade Sindical, cresceu, e hoje já toma a frente na preparação da CONCLAT.

É sintomática a trajetória desta articulação. Enquanto os autênticos emergiam como a principal força política no movimento sindical, a CONCLAT foi sucessivamente adiada, encaminhada num ritmo insos-

Agora, apesar do relativo refluxo do movimento de massas, pelas várias derrotas das oposições sindicais, pelos reflexos da intervenção no ABC, a CONCLAT ganha um ímpeto incomum.

É desnecessário dizer quais os objetivos da "Unidade Sindical": criar um interlocutor sindical junto

ao governo, reduzir o espaço sindical do PT e construir um anel burocrático cercando o movimento operário nacional. Junto a isso, insinua-se uma estratégia cada vez mais clara: a tentativa de isolar Lula e outros sindicalistas combativos, colocando-os numa posição subordinada provocando, se for o caso, até a própria divisão do movimento sindical.

O lamentável de tudo isso, no entanto, é que o PT praticamente não se moveu como partido para ter uma intervenção ofensiva nesta reunião do dia 21. O Partido dos Trabalhadores não conseguiu sequer mobilizar todas as suas forças e enfeixá-las numa política comum.

Mas, ainda há tempo: temos quatro meses até agosto. É urgente que os militantes do PT se unifique, rápido e aguerridamente, para que a CONCLAT abra suas portas aos

presença de 191 entidades sindicais no auditório do Sindicato dos Químicos de S. Paulo, no último dia 21, pode ser o primeiro passo para garantir a convocação unitária de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), para o mês de agosto deste ano. O fato de ter sido a maior reunião inter-sindical realizada desde 1964, abrigando as mais diversas correntes do sindicalismo brasileiro, criou o espaço para a unificação, mesmo que esta tenha se limitado apenas à decisão de realizar a CONCLAT, a sua data, o seu local e a eleição de uma comissão de dirigentes sindicais encarregada de organizá-la.

Essa comissão organizadora reúne 29 sindicalistas, das mais variadas tendências ideológicas, desde o arqui-pelego Joaquinão até Lula e oposições sindicais que se tornaram direções de suas entidades. Sem dúvida, esse arco-íris ideológico expressa toda a tensão, toda a fragilidade da unidade que este encontro do dia 21 gerou. Mas é, sem dúvida, uma tentativa necessária, para um sindicalismo acudado pelas agressões da ditadura e por uma profunda crise econômica.

Representa, ainda, o confronto entre duas propostas que, por motivos diversos, viveram um impasse no ano passado: de um lado o sindicalismo classista e combativo dos autênticos e das oposições sindicais que procuraram e não conseguiram uma articulação através do ENTOES; do outro, a experiência da "Unidade Sindical", pretendendo ser abrangente na sua abertura a notórios pelegos, mas apenas revelando uma unidade artificial, ineficaz e estreita à sua maneira, além

de se caracterizar por uma relação duvidosa com o regime.

### Provocadores tumultuam o plenário

A animosidade do debate nas cinco comissões formadas durante a manhã veio crescendo à medida em que se aproximavam as decisões mais importantes. E chegou a explodir no momento de se escolher a comissão que seria responsável pela organização da CONCLAT. A "unidade sindical" do Rio de Janeiro propunha essa escolha através de eleições em plenárias sindicais nos Estados, e a participação "natural" das Federações (em geral, as entidades mais cupulistas e pelegas do movimento sindical). Porém, a esmagadora maioria dos presentes votou pela retirada da comissão no próprio plenário do dia 21. A mesa, então, em procedimento que ela própria fez autocritica depois, decidiu, sem maiores explicações, interromper a plenária e abrir um período de reuniões das bancadas estaduais para a indicação dos componentes da comissão.

O encaminhamento prejudicou claramente as representações do chamado sindicalismo autêntico, na medida em que era de se esperar que, no plenário, a escolha privilegiasse os nomes que conquistaram expressão nacional, seja pela combatividade de sua prática sindical, seja pela

## Encontro preparatório da CONCLAT A maior reunião inter-sindical desde 1964

Por Juarez Guimarães e Elvira Oliveira



importância da categoria que representam. Desse modo, no Rio, a delegação, claramente inclinada para a "unidade sindical" local, impôs o referendo de sua executiva anterior, mesmo apesar de suas últimas pelegues e atitudes suspeitas, como a aliança com o PDS nas eleições dos metalúrgicos. Em Minas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, de enorme tradição, foi preterido em favor dum obscuro sindicato dos trabalhadores rurais de uma pequena cidade do norte do Estado.

Reaberta a plenária, o debate se prolongou, acirrando-

se cada vez mais, a ponto de representantes da "unidade sindical" acusarem Jacó Bittar — presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e dirigente nacional do PT — de ter protestado contra o encaminhamento da mesa unicamente por não ter sido escolhido como membro da comissão organizadora da CONCLAT pela delegação de São Paulo.

Foi com um tom extremamente tenso que Lula, após uma dúzia de intervenções acaloradas, tomou a palavra se propondo a denunciar as "safezas" que ocorriam no

movimento sindical. Citou nominalmente o sindicalista João Carlos, o "Negão" do Rio, que minutos antes falara em autonomia sindical, mas que, valendo-se de seu cargo, entrara com recurso no Ministério do Trabalho para invalidar decisão da assembleia de sua categoria, que o destituiu do cargo do diretor por procedimentos escusos. Apontou ainda Pedro Andrade, do Senalba de São Paulo, sempre tão zeloso em defender as representações oficiais das diretorias, mas que havia sido afastado de seu cargo, pela diretoria da entidade que pretendia representar.

Isso foi o suficiente para que uma ala do plenário se levantasse com atitudes ameaçadoras em direção a Lula. Outra ala se ergueu, com gritos de "Lula, Lula". O pau quebrou, com um representante da "unidade sindical" agredindo outro sindicalista. O conflito ameaçava se generalizar e os ânimos custaram a serenar.

Lula retomou a palavra, mesmo em meio aos confrontos, concluindo, emocionado que se enganavam os que esperavam dele uma atitude de deserção da comissão eleita para organizar a CONCLAT. Pede, em nome dos interesses dos trabalhadores, o apoio à chapa de unidade eleita nas reuniões das delegações do estado, acrescentada de mais dois sindicalistas (um do Rio, outro de Brasília). E afirmou a sua certeza de que a classe trabalhadora não será instrumento de ninguém, mas sabendo fazer ouvir os seus interesses por sua própria voz.

É por tudo isso que cresce a responsabilidade do sindicalismo autêntico em ter uma intervenção ofensiva na CONCLAT; é por isso que é preciso, como afirmou Olívio Dutra durante o encontro garantir, que "a CONCLAT não seja uma promoção desta ou daquela corrente mas respondida aos interesses do conjunto da classe trabalhadora".

### A CONCLAT só será forte se sair pela base

Por causa do clima de tensão criado, e também pelo

avançado da hora, o encontro do dia 21 deixou de discutir questões decisivas para o futuro da CONCLAT. A principal delas é a de saber que critérios orientarão a escolha dos participantes com direito a voto na Conferência.

Nas discussões das comissões haviam se chocado duas propostas. A primeira, da "Unidade Sindical" do Rio que dá um peso inoponível às diretorias executivas sindicais que, além de naturalmente representadas, podem, a seu critério, optar por indicar os delegados a que têm direito de acordo com o tamanho da categoria que representam.

A outra proposta, apresentada nas comissões pela ala mais combativa, indicava como delegados os membros da diretoria (executiva ou não até o número de 7) e trabalhadores de base eleitos em congressos, conferências, ou assembleias. Propunha, ainda, o direito dos operários de base convocarem por iniciativa própria assembleias para retirada de delegados, com o acompanhamento da comissão organizadora da CONCLAT, caso as diretorias sindicais não dessem nenhum encaminhamento até 60 dias antes de sua preparação.

A definição deste critério assume um papel fundamental se se leva em conta os distintos interesses que estão em jogo nesta CONCLAT. Os sindicalistas sob influência do governo e que tem em Joaquinão a sua figura de maior relevo deverão fazer tudo para que se crie alguma estrutura sindical de cúpula, que se coloque como um interlocutor do governo para um pacto social em que os trabalhadores, é certo, sairão perdendo

responsabilidade do sindicalismo autêntico em ter uma intervenção ofensiva na CONCLAT; é por isso que é preciso, como afirmou Olívio Dutra durante o encontro garantir, que "a CONCLAT não seja uma promoção desta ou daquela corrente mas respondida aos interesses do conjunto da classe trabalhadora".

## A Comissão Coordenadora da CONCLAT

São Paulo: Lula (metalúrgicos), Joaquinão (metalúrgicos), Arnaldo (metalúrgicos), Hugo Peres (Federação Urbanos), Crispim (rurais), Edson (bancários) e Raimundo (pa-deiros)

Rio de Janeiro: Pimentel (metalúrgicos), Eraldo (Federação rurais), João Carlos (petroquímicos), Ivan (bancários) e Bittar (engenheiros)

Minas: Antonio (telecomunicações), João Silveira (metalúrgicos), Anísio (rurais) e Guilherme (professores)  
Espírito Santo: Rogério (jornalistas)

Rio Grande do Sul: Olívio (bancários), João Paulo (técceções) e Lauro (radialistas).

Nordeste: Carlos Pompei (radialistas - Alagoas), Gonçalves (petroleiros-Bahia), João Mendes (rurais-Ceará) e Edvaldo (eletricitários-Perambuco)

Santa Catarina: Francisco e Adalberto  
Goiás: Nelson (rurais)  
Pará: Denise (professores)  
Brasília: Armando (Federação jornalistas)

ESTADO	MEIO		TOTAL
	RURAL	URBANO	
São Paulo	6	47	53
Rio de Janeiro	1	31	32
Minas Gerais	3	15	18
Rio Grande do Sul	—	12	12
Santa Catarina	—	12	12
Espírito Santo	—	8	8
Goiás e Mato Grosso	3	13	16
Ceará, Pernambuco, Alagoas, Pará e Bahia	6	14	20
Paraná	—	11	11
Paraíba	—	—	—
Parações e Uniãoes Nacionais	—	9	9
TOTAL	19	172	191



# Derrubada a intervenção nos metalúrgicos de Betim-MG

## Oposição emplaca na 1.<sup>a</sup> rodada

Apesar de toda a pressão dos patrões da Fiat e da burocracia sindical pelega, a oposição ganha a direção de um dos principais sindicatos do Estado.

Da Sucursal

Os metalúrgicos de Betim derrubaram a intervenção que há 11 meses tomou seu sindicato, votando massivamente na chapa 1, oposição sindical. A chapa 1 tem tudo para merecer a enorme confiança recebida dos metalúrgicos trabalhadores expressa na conquista de 65% dos votos. Embora não pudesse incluir na chapa a maior parte das lideranças das greves de 1978/79, vítimas das listas negras, a oposição herdou um vasto trabalho de organização nas fábricas. Foi isso que garantiu a emocionante mobilização da categoria — principalmente na Fiat —, para alcançar o quorum eleitoral contrariando as manobras da DRT, patrões e interventores, interessados em esvaziar o pleito.

### A eleição

Em Betim trabalham cerca de 18 mil metalúrgicos, dos quais apenas 2.403 tinham direito a voto. Por ocasião da greve de 1979, esse número era quase o dobro, mas o descontentamento com a traição da diretoria do ex-presidente Nadir Pinheiro, aliado à fúria patronal que concentrava a demissão principalmente nos sindicalizados fez com que este número se reduzisse drasticamente. A Fiat detinha mais de 50% dos sindicalizados, mas recebeu apenas uma única urna que teve de ficar fixa do lado de fora da fábrica. E para dificultar ainda mais o voto, os patrões não liberavam o pessoal no horário de trabalho. Resultado: nos dois primeiros dias de eleição compareceram para votar pouco mais de 300 operários. As duas outras urnas (uma fixa na sede do Sindicato e outra itinerante) recolhiam uma quantidade semelhante de votos. O quorum estava gravemente ameaçado.

A estratégia dos patrões e do governo ficava clara. Sem quorum se partia para o segundo escrutínio, e talvez para o terceiro e... o perigo de nova intervenção era concreto. Seriam mais nove meses de usurpação do Sindicato, sem campanha salarial e com os componentes das duas chapas varridos das fábricas. Era vital que no último dia surgissem mil votos. E surgiram!

Respondendo à agitação na porta da Fiat nos dois dias anteriores (principalmente por parte da Chapa 1 que tinha na fábrica um apoio certo) o trabalho invisível de mobilização dos sindicalizados no interior da empresa se reforçou ainda mais. E as pressões foram tantas que a Fiat não teve outra opção: liberar o pessoal para votar. E no último dia 13, mesmo sob um sol causticante, uma extensa fila de rostos alegres se formou na portaria 2, em todo o horário previsto de votação. E os operários que não trabalhavam nos turnos abrangidos neste horário também se mobilizaram e votaram na sede do Sindicato.

No dia seguinte todo o esforço da Chapa 1 era recompensado. O quorum de 1.602 votos era atingido e superado. Votaram 1.640 associados e a chapa 1 recebeu 990 destes votos contra 538 dados à chapa 2. E na Fiat sua vitória foi ainda mais consagrada: 494 a 231. A chapa 1 estava eleita: por acordo prévio entre as duas, vencia quem obtivesse maioria simples dos votos dados e não do colégio eleitoral, segundo a interpretação atual da Procu-



A greve de 1979: os trabalhadores resolvem preparar a derrubada do pelego

radoria Geral da República para as eleições sindicais.

### Quem venceu e quem perdeu

É bem evidente que a eleição da chapa 1 transcende os limites de Betim e tem reflexos no movimento sindical brasileiro. Será mais um sindicato a formar na ala dos que lutam contra o peleguismo e dos que entendem que a verdadeira unidade sindical dos trabalhadores se faz pela base e não pela cúpula. Se vitoriosa fosse a chapa 2, a orientação política do Sindicato de Betim seria outra e isso independente dos operários honestos e combativos que participavam de sua composição. Como para não deixar dúvidas sobre sua linha sindical a chapa 2 divulgava em sua mensagem final de campanha o apoio de dois dos mais notórios pelegos de Belo Horizonte: os presidentes dos sindicatos dos motoristas e dos tecelões, respectivamente José Teodoro da Silva e Geraldo Magela Vieira, que se divertem em anotar os nomes dos trabalhadores combativos que destacam nas raras assembleias que convocam para entregá-los depois aos patrões.

Ao contrário do Rio (onde uma chapa com orientação semelhante venceu as eleições), em Betim a chapa 2 não contou com um aliado natural: a burocracia sindical, que ali não teve tempo de se consolidar. O Sindicato só existe há pouco mais de quatro anos, e a diretoria anterior que além de corrupta e incompetente, era muito inexperiente nas artimanhas sindicais, não conseguiu consolidar nenhuma sustentação dentro da categoria. Ao contrário, por sua traição nas greves de 78 e 79 ela era unanimemente detestada.

E quem mais se abalou com essa impossibilidade de constituir uma chapa de confiança foi a Federação dos Metalúrgicos e, principalmente, sua eminência parda, o chefe do Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CNTI e eterno representante brasileiro na FITIM, sr. Jorge Normam. Ambos apadrinhavam o Sindicato de Betim desde sua criação (obra aliás do sr. Jorge Normam que desmembrou Betim da base territorial do sindicato metalúrgico de BH e Contagem) e não escondiam sua simpatia pela chapa 2. Outro dirigente da Federação e também

secretário do Sindicato metalúrgico de Contagem, sr. Ildeu do Couto Balbino, deu seu apoio público à chapa 2. O sr. Ildeu vem mantendo acirrada disputa com o atual presidente do seu Sindicato, sr. João Silveira, para ver quem encabeça a chapa oficial às eleições de julho em Contagem. Nessas circunstâncias a vitória da chapa 1 é um transtorno para todos eles.

### Agora, rumo ao sindicato operário

Para os membros da nova diretoria é fundamental criar na categoria a confiança em seu Sindicato. E este é um trabalho que vai da moralização do aparelho sindical (com a substituição imediata dos advogados corruptos e vendidos aos patrões que ali ainda estão encastelados) a uma gestão democrática. Vários membros da nova diretoria já estão convencidos de que o relacionamento democrático com a categoria e a principal proteção para suas decisões e a garantia de que não esbarrarão no peleguismo. Pretendem assumir como norma de conduta as reuniões de diretoria abertas à categoria, convocação regulares de assembleias, ida às portas de fábrica, incentivo às comissões de fábrica, rotatividade dos membros da diretoria nas fábricas etc.

"Aqui em Betim só Deus é que pode com o peão", afirmou um dos novos diretores se referindo à extrema combatividade do metalúrgico local, demonstrada nas greves e no seu cotidiano. Este diretor, operário da Fiat, explicava que o operário de Betim não vai tolerar nenhuma traição, nenhum passo em falso que a diretoria der. "Eles foram esmagados demais, desrespeitados, e traídos demais, são explorados demais, e agora querem ter vez", concluiu.

De fato. O aço se forja no fogo mais incandescente. Só na mais íntima ligação com os anseios da categoria é que a diretoria poderá dirigir com segurança e fidelidade as já bem próximas campanhas contra a intransigência e a exploração patronal. E desta forma se estará construindo em Betim um sindicalismo tão enraizado na base que mesmo uma intervenção da ditadura não conseguirá extirpar.

# Piquetão

RGS

## Oposição na curtição

Os 3.500 curtumeiros de Estância Velha, pequeno município próximo a Porto Alegre, estão com eleições marcadas para o dia 14 de abril. Desta vez, porém, não sairá somente uma chapa de situação: uma chapa 2, de oposição sindical, também se inscreveu para concorrer ao pleito, onde votam os 1.300 sindicalizados.

A oposição, encabeçada por Jorge de Vargas, tem a seguinte proposta de programa: realização de assembleias democráticas, incentivo à organização dos trabalhadores dentro do seu local de trabalho e moradia, direito de greve, reajustes trimestrais de acordo com o aumento do custo de vida, unificação dos dissídios, reconhecimento dos delegados sindicais com estabilidade, formação da CUT e independência sindical com relação ao Ministério do Trabalho, são os pontos principais.

## Juiz de Fora - MG

### Cai mais um pelego

Pondo fim à carreira de 16 anos dos pelegos do Sindicato dos Tecelões de Juiz de Fora, a oposição sindical, chapa 2, se prepara para dirigir uma categoria que representa seguramente metade dos operários da cidade. O programa da chapa eleita agora, em 12/3, exige o esclarecimento da forma do cálculo da produção: "que as máquinas sem condições de funcionar não afetem o salário; reformulação dos sistemas de revezamento; departamento jurídico e assistência dentária mais atuantes; jornal do sindicato mais frequente; comissões de fábrica; estabilidade no emprego, liberdade e autonomia sindical".

RGS

### Greve na Riocell

Passados 11 dias de greve, os mil e quinhentos operários das empreiteiras M. Roscoe e Dumez SA, recomeçam lentamente a voltar ao trabalho. Terminam uma greve que paralisou completamente o setor da construção civil, contratado pela Riocell (ex-Boregard), para a construção de uma estação de branqueamento da celulose.

Os peões reivindicavam melhores condições de trabalho, salário, alimentação, atendimento médico e material de trabalho. Tirando uma comissão com cinco membros de cada empresa, fazendo faixas, cartazes, organizando grupos para arrecadar fundos de greve e recusando a primeira proposta patronal, os operários mostraram uma grande disposição de continuar, até dobrarem os patrões.

Estes, que no início se negaram a negociar com a comissão, voltaram atrás e fizeram nova contra-proposta, esta aceita pela maioria dos trabalhadores. Passaram a ganhar 42,00/hora para serventes, 52,00/hora para meio-oficiais e 63,00/hora para profissionais. Reivindicavam, respectivamente, 42; 55 e 68.

E mais uma vez ficou provado que a categoria não vai ser estimulada à combatividade pela atual direção do Sindicato, aconchegada aos patrões.



# ABC: Dia 29 de março

## São Bernardo A Vila Euclides volta a roncar grosso

Por Vilma Amaro

Nossa categoria já plantou muito, regando tudo com suor, sangue e lágrimas. Chegou o ano da colheita". Essa frase abre o boletim de convocação que a diretoria cassada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo está distribuindo aos 140 mil operários de sua base territorial e dá uma idéia da combatividade da categoria, mesmo com o Sindicato sob uma intervenção há 11 meses, a demissão em massa de trabalhadores do setor e a ameaça de milhares de outras demissões em massa, como é o caso da Volkswagen que agora quer colocar na rua mais sete mil metalúrgicos.

Diz ainda o boletim: "Os patrões estão jogando alto contra nós. A Volkswagen diz que está em crise. A Ford, Scânia, e a Brastemp apelam para as férias coletivas, Aham que nós estamos com medo e por isso já fizeram uma proposta de acordo simplesmente ridícula. Não podemos recuar agora. Ou vem acordo decente, ou partimos para a luta".

A assembléia que definirá a posição dos metalúrgicos de SBC e Diadema sobre o encaminhamento das negociações com o grupo 14 da Fiesp está marcada para o próximo dia 29, no estádio de Vila Euclides, às 10 horas da manhã. E, pela intensa mobilização que está sendo feita em bairros e portas de fábrica, esta assembléia promete repetir as jornadas gloriosas de luta de 1979 e 1980. Este ano, porém, a situação é diferente: não há mais entre os trabalhadores de SBC a esperança de que os empresários possam, através do diálogo e das negociações, chegar a ser convencidos da situação de miséria em que vivem os metalúrgicos da região.

**Nossa categoria já plantou muito, regando tudo com suor, sangue e lágrimas. Chegou o ano da colheita.**

Ao mesmo tempo, a confiança e o apoio dos trabalhadores à atuação da diretoria cassada que manteve, através do Fundo de Greve, a categoria mobilizada durante os últimos 10 meses que os separa da última campanha salarial, é uma prova da correção absoluta da linha de conduta dos dirigentes metalúrgicos.

Dos 10 mil boletins que eram rodados no ano passado, com extrema dificuldade pelo Fundo de Greve, devido à falta de recursos, os líderes sindicais passaram agora a uma tiragem de 60, 80 e 100 mil, devido ao apoio que significou a posse da Junta Governativa, em fevereiro passado. Em grande parte das indústrias (Brastemp, Gemmer, Polimatic, Ardeb, Friz Moldu Car, Villares, Comander, para citar algumas, e nas montadoras Ford, Mercedes, Volkswagen, Scania) foram feitos na última semana comícios relâmpagos para a distribuição de convocações, com a presença da diretoria.

Na última quarta-feira, a diretoria e, inclusive Lula, estiveram nos portões da Volks denunciando a manobra da empresa que pretende forçar os trabalhadores a assinar um documento aceitando a redução da jornada de trabalho com a redução de salário, sob a ameaça de mandar mais sete mil operários embora.

Cartazes coloridos da campanha contendo as principais reivindicações como estabilidade no emprego, 15 por cento de aumento real, jornada de trabalho de 40 horas, delegação sindical, entre outras, começaram a ser colados nas ruas de SBC e Diadema.

Além dos cartazes e boletins, São Bernardo ganhou um novo colorido esta semana, com dezenas de faixas colocadas em pontos estratégicos convocando os metalúrgicos para a assembléia.

Se vai haver greve ou não, tudo depende da realização de um bom acordo com os empresários. No entanto, Afonso Monteiro da Cruz, presidente da Junta Governativa, em uma reunião no Sindicato com alguns trabalhadores da Mercedes e membros da diretoria cassada afirmou que o "jeito é partir mesmo para o pau, ir à greve, pois os empresários se mostram irredutíveis". Tanto Afonso, como Expedito Soares Batista, que integram a comissão negociadora de SBC junto com os Sindicatos de S. André, S. Caetano, Santa Bárbara do Oeste, Sorocaba e São José dos Campos disseram que os empresários estão inflexíveis, o que chegou a provocar um impasse nas negociações na última sexta-feira. Simplesmente, o representante da FIESP, Nildo Masini entregou o texto da contra-proposta patronal (que já tinha sido discutida pela manhã com os representantes da Federação dos Metalúrgicos) e admitiu que nenhuma vírgula seria alterada. Diante disso, Afonso, presidente da Junta de SBC, afirmou que "não eram palhaços para discutirem uma tarde inteira algo que já estava definido e que não seria modificado em hipótese alguma", tomando a decisão de pegar o boné e marcar outra data para as conversações que foi a segunda-feira passada. Mas, na questão econômica, as propostas foram as mesmas: o INPC de 47,1 mais 6% de índice de produtividade (para quem ganha até 3 salários mínimos); 4,8 (três a 10) e 2,5 (acima de 10), quando os metalúrgicos reivindicam um aumento de 15 por cento a título de produtividade, mais o INPC de 52,9 (levando, em conta erros anteriores nos cálculos do governo para o INPC.)

Em relação à pauta para o governo (Salário mínimo real unificado, estabilidade, salário-desemprego, controle dos fundos sociais, liberdade e autonomia sindical, congelamento dos preços e do aluguel, fim da LSN, revogação da Lei de Greve, reajustes trimestrais) uma comissão esteve ontem em Brasília para entregar as reivindicações.

**Os patrões estão duros na aparência, mas apavorados na verdade. E prepararam um documento confidencial, chamado: "Recomendações Pré-Greve ou Pós-Greve"**

Na última reunião da CIESP (delegacia do ABC) promovida em Santo André, os empresários discutiram um documento confidencial intitulado "Recomendações Pré-Greve ou Pós-Greve". O estudo, cujo teor não foi revelado à imprensa na oportunidade, foi feito segundo revelações em



A campanha promete revolver as grandes mobilizações

base ao elenco das reivindicações dos metalúrgicos. Um dado desse estudo, o único revelado à imprensa, indica que os salários subiram 109,2 por cento nos últimos 12 meses. Essa tabela (feita, não se sabe por quem) seria afixada em todas as indústrias do ABC, para que os trabalhadores passassem a acreditar que tiveram um aumento real.

No entanto, nesse documento foi obtido pela diretoria cassada do Sindicato que divulgou parte de seu teor: "Manter diariamente contacto com altos escalões da FIESP-CIESP e, de modo particular, com o grupo 14, diz o texto; e mais: "... caberá ao Delegado Regional ou a quem este indicar, solicitar à FIESP-CIESP as providências necessárias junto às mais altas autoridades da área de segurança, para que as empresas sejam protegidas... em caso de greve, estabelecer contactos com todas as autoridades policiais e civis (sic) e militares, com a finalidade principal de demonstrar a apreensão da classe empresarial, bem como solicitar proteção e garantia... deverá ser criado uma CCI (Central de Comunicações e Informações

— cuja atuação se iniciará no dia da deflagração da greve ... cada empresa deverá anotar os nomes dos empregados que demonstrarem por atos ou palavras o ânimo de perturbar a ordem, insultar, agitar, usar da violência física contra superiores, e companheiros de trabalho, ou depredar bens patrimoniais ... o Delegado Regional promoverá entendimentos junto às empresas no sentido que estas apresentem no prazo de 40 dias, após a data da cessação da greve, sugestões sobre "como vender nossa imagem" tendo em vista o porte e peculiaridades de cada empresa".

Isto indica que se os trabalhadores estão se organizando para reivindicar seus direitos, do lado de lá, os empresários também estão se organizando. E como, não poderia deixar de ser, para reprimir, em vez de sentar à mesa de negociações, discutir de igual para igual um acordo que possa melhorar as condições de vida do trabalhador, afetados agora pelo fantasma do desemprego, que só na região do ABC já chega a mais de vinte mil, somente nos três primeiros meses deste ano.

## Santo André A palavra de ordem já foi lançada: greve!

Em Santo André, apesar das dificuldades maiores para encaminhamento da campanha salarial, dado o caráter pelego da Junta Governativa (aliás o quinto membro, nomeado pelo ministro do trabalho após a renúncia de Vicente Bevilacqua, Sandoval Araújo de Souza, é proprietário de um bar e não metalúrgico) a combatividade não tem sido menor.

Os ânimos estão particularmente exaltados contra os membros da Junta que não estão dando e menor colaboração à luta dos trabalhadores. Segundo denúncias do presidente cassado Benedito Marcílio, os novos interventores não dão carro para a divulgação da assembléia marcada também para o dia 29, às nove horas da manhã, na sede do Sindicato; não editam nenhum boletim (o que está sendo feito às custas dos trabalhadores) não pagam sequer a gasolina para os dirigentes percorrerem as fábricas.

Além do mais: a perseguição aberta contra os membros da Comissão já começou: um deles, Saulo Roberto Garlippe foi

demitido da empresa onde trabalha, enquanto outros estão ameaçados de irem para a rua. Não bastasse isso, os membros da Junta, a exemplo de Sandoval Araújo de Souza, agridem os trabalhadores. Sandoval, na última assembléia, agrediu o diretor, cassado do Sindicato, Lázaro Maciel, e foi retirado às pressas da sede do Sindicato protegido por dois agentes do Deops (aliás pela porta dos fundos)

Outra dificuldade: a Junta procura confundir os trabalhadores fazendo convocações separadas. O tablóide **O Metalúrgico**, que deveria sair com o apoio da Junta, acabou saindo somente em nome da diretoria cassada e da Comissão de Negociação, já que os novos interventores fizeram uma convocação à parte.

Com todos esses problemas, a disposição da categoria é muito grande e não seria de surpreender uma palavra de ordem de greve, na próxima assembléia (já que foi o slogan mais gritado pelos trabalhadores na assembléia do dia 15).

(VA)



Mulheres

IIIº Congresso da Mulher Paulista

**D**epois de meses de cansaço, brigas, disputas, derrotas, discussões e vitórias, terminaram as comemorações do Dia Internacional da Mulher e o III Congresso da Mulher Paulista. Mas não podíamos deixar que um tema que ocupou três edições findasse sem um balanço do que significou este Congresso, e do que significará em termos de trabalho daqui para a frente. Aqui, as posições de vários grupos feministas ouvidos pelo EM TEMPO sobre sua atuação e perspectiva de trabalho para este ano de 1981.

**Associação das Mulheres:  
A autonomia é um processo; não existe batalha ganha**

Como a Associação ainda não fez a sua avaliação, entrevistamos Lucia Amaral, uma das mais ativas militantes da Associação das Mulheres, que fez parte da mesa coordenadora do Congresso: "Neste momento é interessantíssimo comparar os três congressos realizados até agora. O 1º, em 1979, foi para as feministas, o Congresso da descoberta. Nossos problemas tinham eco nas mulheres da periferia.

Mesmo questões como sexualidade, direito ao prazer, que julgávamos fora do universo dessas mulheres, ocuparam um espaço grande nas discussões que foram feitas, e com muito interesse de todas as participantes. Foi um congresso com linguagem e temas essencialmente feministas. O 2º Congresso, em 1980, veio reafirmar, a posteriori, o feminismo. Foi nesse Congresso que se vislumbrou a importância da questão da autonomia, que era uma afirmação das feministas, mas que veio a ser discutida e assumida por todas as mulheres participantes. Não podemos esquecer que éramos 4 mil e que o peso das mulheres da periferia era enorme. Nesse Congresso a predominância da bandeiras eram as lutas feministas.

Criou-se uma necessidade de aprofundar as discussões sobre as nossas questões, gerando o Encontro de Valinhos alguns meses depois. O 3º Congresso agora, veio expressar que a autonomia é uma questão que não dá mais para pensar a posteriori; ela esteve presente desde o começo, desde o primeiro dia de preparação do Congresso, deixando bem claro que autonomia é uma luta, não um presente. E que se essa reivindicação fazia parte somente da linguagem feminista, ela passou a ser a linguagem da 3ª Coordenação. Ou seja, num determinado momento falávamos todas a mesma linguagem, feministas ou mulheres da periferia. O que nos unia era sermos mulheres de oposição. Outra questão que apareceu muito é da luta pelo poder, que eu penso ser uma visão falsa, que só retém uma parte do problema, nossa atuação não se resume nessa questão, mas por uma concepção do movimento baseada na autonomia. A autonomia é um processo, não existe batalha ganha".



**O balancê do mulheroio**

**Lésbicas: Já passou a hora dos grupos de afirmação**

Teca, apesar de independente, ainda é uma das principais representantes do movimento lésbico: "Este Congresso se mostrou muito produtivo na perspectiva de contatos com outros grupos. Até o ano passado as discussões sobre a autonomia do movimento lésbico, as diferenças de nossas questões, ocupou tanto espaço que chegou a nos isolar. No 3º Congresso várias mulheres que hoje estão independentes resolveram ocupar este espaço de discussão, muito menos pela ação organizada dos grupos feministas, e muito mais pela ação independente das lésbicas, entrando na organização, fazendo parte da Coordenação; a gente saiu legitimada enquanto mulheres e enquanto militantes. Foi uma ação produtiva para os dois lados. A aproximação das mulheres da periferia aconteceu cada vez que eu me colocava em grupos pequenos. Só quando você consegue ultrapassar as lideranças (aquelas que falam em nome da periferia) que são cheias de preconceitos, de receios e não admitem essa aproximação, é que a gente percebe que tem receptividade nas mulheres mais simples. Quanto menores os grupos mais a gente pode falar. Daqui para a frente nossa posição é: se integrar nos grupos feministas, nas lutas gerais, não dá mais para ser somente um grupo de afirmação homossexual, isolado do processo. Agora o caminho é acreditar no movimento e se colocar nele. Montar grupos que estejam a serviço do Movimento Feminista, Movimento Homossexual, Movimento de Minorias, etc. Participar igualmente em termos de trabalho, e não somente tentar se igualar no discurso. Já existem tentativas! Chanacomchana (o

jornal do movimento lésbico) tem essa proposta, de não ser um jornal de um grupo mas de todo o movimento, de discussão de grupos de afirmação, dos trabalhos nos guetos etc.

**Brasil Mulher: O movimento agora está organizado**

Outro grupo que ainda não fez sua avaliação é o Brasil Mulher. EM TEMPO entrevistou Iara Prado, uma das militantes do Brasil Mulher e integrante da mesa de abertura do III Congresso: "Para se fazer uma avaliação correta deste Congresso temos que pensar o que ele significou para o Movimento de Mulheres e para o Movimento Feminista. No primeiro caso, do Movimento de Mulheres, o congresso foi extremamente positivo porque avançou na questão da sua organização. Porque, durante todo o processo tumultuado da preparação do Congresso nós conseguimos nos manter unidas e preocupadas com a questão da organização do nosso movimento. Findo o 3º congresso, percebemos que lançamos uma proposta, de organização que apesar de ainda bem embrionária, tende a caminhar para uma solidificação. Nos outros dois congressos, assim que eles terminavam, terminava tudo. E da próxima vez, partíamos do zero. Agora a Coordenação continua, e continuaremos discutindo a nossa organização, o que é um fato muito positivo. O que eu vejo de negativo, ainda com relação ao movimento de mulheres, é o fato de que as quatro bandeiras de luta tiradas no Congresso não foram discutidas na extensão necessária, não foi tirada um encaminhamento concreto. Não discutimos qual vai ser nossa posição concreta com relação ao controle de nata-

lidade imposto pelo governo, qual a maneira de se formar uma comissão centralizadora para o movimento de luta por creches, formas de trocar experiências com os lugares onde esta luta obteve alguns ganhos etc. Enfim, não houve um espaço para aprofundar um encaminhamento unitário. Com relação ao movimento feminista nosso papel foi fundamental. Éramos nós, já organizadas nas questões específicas, que tínhamos claro a questão da autonomia, e quando outras forças tentaram atrelar o movimento de mulheres às bandeiras partidárias nós subimos como agir. Ficamos na posição de polo de unidade entre os vários grupos componentes da Coordenação. Considero como vitória, também, o fato de termos conseguido esvaziar o preconceito da palavra "feminista". Até o 2º Congresso ficamos muito tímidas em nos assumir como feministas, esse termo significava alienação, descompromisso com lutas políticas, sapatões, radicais etc. A partir de agora o trabalho feminista passa a ser importante, o preconceito desaparece. O saldo negativo que eu faço para o Movimento feminista é o fato de que o Congresso exigiu da gente a posição de mantenedoras da unidade e não tivemos condições de desenvolver nosso trabalho enquanto feministas. Nos vários momentos em o que o Congresso nos solicitou, arcamos com sua infraestrutura, com a tarefa de sua realização, o que atrapalhou nossa atuação enquanto militantes. Nossa proposta que era de participar das discussões aprofundando as questões específicas, de uma atuação concreta nos diversos grupos, ficou prejudicada com a necessidade de garantir que a democracia prevalecesse

**Nós Mulheres: O Congresso não deu espaço para o feminismo**

Apesar do grupo Nós Mulheres não ter participado da preparação do III Congresso, ele esteve presente durante toda a sua realização e tem coisas importantes a dizer sobre o evento. Inês Castilho, uma das militantes do grupo: "Esse Congresso teve uma forma de organização que é emprestada de uma política tradicional que não dá espaço para o feminismo.

Tanto ao nível da linguagem quanto ao nível dos métodos, sua organização tem uma forma viciada. Da linguagem cito como exemplo o termo 'delegada', que dá ênfase à mulher militar, e é inútil imaginar que se pode recorrer a essas palavras e métodos escapando ilesa. É um jogo de cartas marcadas e não se cria nada de novo, num movimento que é novo e que diz respeito a uma questão nova: a mulher. Não dá para chapar em quatro, cinco ou seis bandeiras de lutas as necessidades e prioridades de um movimento extremamente diversificado. Aliás, não há espaço para diversidades. Na área sindical, por exemplo, poderia ser fundamental que sáisse um apoio efetivo aos sindicalistas processados. Na área da mulher da periferia, lutas por melhores condições de vida. A pergunta é: como organizar um movimento diverso, respeitando cada setor sem espremer ninguém no 'específico' ou 'geral'? A vitória é uma ilusão, porque é de uma tendência política sobre outra tendência política e, de substancial, fica muito pouco. Como no IIº Congresso, a sensação que eu tenho neste IIIº Congresso é: nada antes, nada depois. No entanto, temos que concordar que nenhum encontro de número muito grande de mulheres é algo só negativo.



## II° Encontro das Mulheres - Minas e RGS

A realização de uma manifestação pública pelo congelamento dos preços do leite e das passagens dos transportes coletivos a ser realizada durante o mês de abril e a comemoração do Dia das Mães como dia pela maternidade e contra o controle de natalidade imposto pelo governo foram as principais lutas decididas pelo II Encontro da Mulher Mineira organizado pelo PT, PMDB, entidades estudantis, sindicatos, associações de bairro.

Por duas horas cerca de 500 mulheres se dividiram em grupos de 25 para discutir 5 pontos: mulher e política, carestia, sexualidade, maternidade e mulher e trabalho. O restante das atividades foi dedicado à discussão em plenária para aprovação de cerca de 40 propostas e bandeiras de luta para o movimento. Grande parte do tempo foi gasto nas discussões consideradas de cunho eminentemente político, como a carestia. A polêmica sobre a convocação e luta por uma Assembléia Constituinte consumiu quase duas horas.

Entretanto, temas como a sexualidade e maternidade ficaram relegados a segundo plano. Só no final do encontro foi que se discutiu o controle de natalidade, discriminação da mulher, creches, com a participação de poucas pessoas.

### 8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DA MULHER



SEGUNDO ENCONTRO DA MULHER GAÚCHA - 1981  
Data - 7 de Março - 14hs. 8 de Março - 9hs.  
Local - Colégio Rosário

Grupo de Mulheres do PT - Movimento da Mulher pela Libertação - Grupo de Mulheres da Associação dos Farmacêuticos - Grupo de Mulheres do Jornal O Trabalhador - Grupo Ação Mulher - Grupo Livre - Ação de Mulher Trabalhadora - Mulheres do Grupo Quilombo - Mulheres Andarim Social - Grupo de Carentes da Indústria da Vestimenta - Grupo de Mulheres da Associação dos Servidores de Indústria - Núcleo de Mulheres Banqueiras.

Também quase sem debate, deliberou-se a realização do I Congresso da Mulher Mineira para julho ou agosto deste ano. As formas de efetivação deste congresso não foram discutidas, apenas manteve-se a Coordenação do II Encontro. De tudo, o que se pode esperar do Congresso e lutar é que ele não repita os erros do Encontro,

se pautando apenas pelas questões gerais do movimento popular e não pela sua proposta inicial, a discussão da problemática da mulher, suas especificidades dentro da luta pela transformação social no país.

### Gaúchas

Enfrentando boicotes da grande imprensa, dificuldades financeiras e o ataque anti-feminista dos apoiadores do jornal *Hora do Povo*, realizou-se nos dias 7 e 8 de março, no Colégio Rosário, o II Encontro da Mulher Gaúcha, com a participação de aproximadamente 400 pessoas.

De outro lado, acontecia na Assembléia Legislativa o auto-proclamado "I Encontro da Mulher Gaúcha", com a participação de 100 pessoas, levadas através de ônibus fretados, de distribuição gratuita de Coca-Cola, bolachas, iogurtes, almoço e os mais diversos brindes. Esta promoção, semelhante às comemorações do 1° de maio patrocinadas pelo governo, que transformam o dia do trabalhador numa festiva distribuição de presentes e prêmios, foi coordenada e patrocinada pelos HPistas, que se expressaram através de entidades ou fantasmas, ou com representação ilícita, ou controladas por essa posição.

As mulheres reunidas no Colégio Rosário discutiram, no dia 7, em sub-grupos: mulher e trabalho, mulher e educação, mulher e sexualidade, mulher negra, participação política da mulher, mulher e contracepção. No dia 8 foram realizadas discussões em plenário sobre dois temas. Controle de natalidade e violência sobre a mulher, questões que hoje se colocam como centrais na luta das mulheres brasileiras. Ainda no dia 8 ocorreu a plenária final onde foram discutidas todas as propostas e deliberados os eixos de luta e encaminhamentos do II Encontro.

A principal decisão foi a continuidade da Coordenação do Encontro, que passa a se projetar como a Coordenação do movimento de mulheres no Rio Grande do Sul, já que se propõe a aglutinar todos os grupos de mulheres, autônomos ou vinculadas à entidades ou partidos, existentes no Estado.

Já, o auto-proclamado II Encontro não reconhecia como central a necessidade de encaminhar e discutir as questões específicas da mulher. As suas principais discussões giraram em torno dos temas: assembléia constituinte, luta contra a carestia, aumentos das passagens de ônibus e, até mesmo, com relação à divisão dos opositores (PDT e PMDB) na Assembléia Legislativa Gaúcha.

## Homossexuais

# A opressão ao homem

Um ensaio sobre a hipócrita liberdade sexual do homem

Por Júlio Dias Gaspar e Edward Macrae

Quando se fala de homossexuais, é preciso ficar claro que se fala de um comportamento sexual. E que esse comportamento, apesar de ser um fator determinante na personalidade, não é suficiente para caracterizar uma "personalidade homossexual". As pessoas são seres humanos, independentemente do fato de serem homens ou mulheres e de terem um comportamento sexual hetero, bi ou homossexual.

As feministas há tempos estão levantando a discussão sobre as conseqüências nefastas para as mulheres, resultantes de uma educação diferenciada que visa tornar meninas em dóceis e respeitáveis mães de família, escravas do lar. O outro lado da moeda é o treinamento recebido pelos meninos para se tornarem disciplinados trabalhadores e honrados provedores. Não se cogita aqui, é claro, equiparar a opressão sofrida pelos dois sexos, pois é óbvio que o papel destinado ao homem é muito mais amplo e lhe fornece uma maior gama de possibilidades de realização pessoal que o da mulher. O que se deseja ressaltar é que ele também sofre uma castração em muitas de suas potencialidades. Embora de forma diversa da mulher, também a ele é negado o direito de dispor de seu próprio corpo. Em nossa cultura atribui-se ao sexo masculino um padrão de força, de negação dos sentimentos, das emoções; coube-lhe a inteligência e à mulher as emoções. O próprio padrão de beleza masculina reveste-se de um caráter de força física, de rigidez muscular. Nega-se a ele o direito à doçura, à delicadeza, e essa quando existe é um função do "sexo frágil". As relações de amizade entre os homens são sempre baseadas na cobrança de sua potência sexual, na sua atitude viril para com a

vida. Homens não se podem tocar. E a sua busca de prazer sexual deve consistir na dominação de um "objeto". Enquanto a mulher sofre controles rígidos em sua sexualidade, essencial para mantê-la na sua categoria de serva, o homem precisa ser moldado para funcionar como um eficiente soldado da produção. Para tanto torna-se necessário aprisionar o seu comportamento corporal para adaptá-lo melhor à disciplina do trabalho, tolher ao máximo sua afetividade, que se exacerbada iria interferir na sua "objetividade" e "capacidade de pensamento lógico" tão necessários para o adequado desempenho de seu papel.

### Dos troca-trocas aos travestis

Tradicionalmente, no Brasil, ao homem foi possibilitada uma grande liberdade sexual, desde as brincadeiras de troca-troca enquanto pequeno, a bestialidade praticada com animais no campo, o frequentar de bordéis e prostitutas, a manutenção de famílias paralelas, até o relacionamento sexual com outros homens (travestis e outros visivelmente "passivos"), contanto que a hipocrisia fosse exercitada e satisfação dada à sociedade de que ele em momento nenhum abandonara sua posição de macho ativo e dominador. Uma vez mantidas as aparências, o que o homem faz na cama, fica por sua conta, o que é muito bem ilustrado pelas frequentes alegações de travestis que descobrem que além dos silicone, são os seus atributos masculinos naturais que mais interessam aos seus parceiros.

Neste curioso mundo do faz de conta, do jogo de aparências, o homossexual masculino assumido vem provocar transtornos devido à recusa de se dobrar à hipocrisia reinante. Não seguindo as pres-

crições extremamente rígidas que devem governar a postura corporal do macho, ele se comporta de forma mais solta e é imediatamente acusado de "desmunhecar" e de ter comportamento efeminado (embora muitas vezes seus gestos também não se conformem aos padrões prescritos como adequados às mulheres). Igualmente sua vida afetiva também não se conforma adequadamente, em vez de ver outros homens apenas como companheiros de produção ou como concorrentes, ele os vê também como amantes em potencial.

Por ir contra a ideologia machista o homossexual masculino passa a sofrer uma violenta perseguição que toma formas das mais variadas. Em outras épocas e, até hoje em certos lugares como o Irã, o homossexualismo era punido com morte, e ainda hoje são inúmeros os países onde continua a ser considerado crime.

### "Tarados, decadentes, fascistas"!

Homossexuais são invariavelmente apresentados pelos meios de comunicação como tarados, fracos ou, na melhor das hipóteses, palhaços. Mesmo entre aqueles que se dizem socialistas ou marxistas prevalece um preconceito, carente de qualquer fundamento, de que o homossexualismo seria uma decadência da burguesia (como se não tivesse existido sempre e em todas as culturas). Ou até um traço de personalidade fascista, apesar das milhares de pessoas que foram mortas nos campos de concentração nazistas, acusados de homossexualismo.

O indivíduo quando descobre em si uma atração por outros do mesmo sexo, geralmente se encontra sozinho e envergonhado, não discute o assunto. Comumen-

te ele apenas internaliza os preconceitos da sociedade e passa a sentir um forte sentimento de culpa. Não tendo nenhum parâmetro positivo com o qual possa se identificar e sofrendo um processo de rejeição por parte dos outros, é comum ele perder sua auto-estima e às vezes até adotar um comportamento auto-destrutivo. Esta seria uma das causas do neuroticismo do qual é comum acusar o homossexual.

É por toda essa carga que o amor entre pessoas do mesmo sexo precisa, muitas vezes, de um enquadramento dentro desses papéis culturalmente impostos para justificar a sua existência. É a dicotomia bicha/bofe (para homens) e lady/fanchona (para mulheres).

### Um novo padrão comportamental

O que é um problema falso. A necessidade de uma definição dentro dos modelos macho/fêmea, dominador/dominado, se mostra cada vez mais frágil. A função da postura corporal, e da expressão gestual e verbal é hoje de traduzir a individualidade das pessoas, independentemente do seu sexo e até de sua sexualidade.

É essencial porém, que qualquer novo padrão de comportamento que se estabeleça seja o mais amplo e elástico possível.

E aqui os homossexuais adquirem um papel importante ao insistirem que suas variações comportamentais sejam respeitadas e reconhecidas como mais uma opção para a liberdade do indivíduo e, que o prazer que pode ser proporcionado por uma atividade sexual sem fins reprodutivos, também deve ser visto como um aspecto importante da vida humana.



## Professores

## Eleição no Centro dos Professores gaúchos - CPERS

## Participação: uma proposta surgida das mobilizações

As eleições para a diretoria do CPERS — Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul — que se realizarão dia 11 de abril, é um tema que extrapola o muro das escolas, agitando a opinião pública gaúcha.

Depois de uma greve no ano passado, que por 20 dias atingiu a grande maioria da população do Estado e que foi anunciada como vitoriosa pela diretoria do Centro e grande imprensa, surge no interior da categoria uma oposição comprometida com suas lutas e que contesta os resultados do acordo obtido e os métodos empregados pela atual direção.

A chapa **Participação**, encabeçada pelo professor José Clóvis de Azevedo, reúne vários setores do professorado descontentes com o encaminhamento dado às lutas da categoria e a falta de democracia na condução da entidade.

Antes da greve de novembro o professorado foi conduzido pela direção do CPERS a uma verdadeira maratona oficialista, enfrentando-se com o Executivo, passando pelo labirinto do Legislativo e quase caindo nas manhas do Judiciário.

### As lições de greve

A reivindicação central da categoria era a equiparação aos técnicos-científicos do Estado, cargo que exige a mesma forma-

Uma frente das oposições formada a partir da greve do final do ano passado lança chapa comprometida com a democratização da entidade.



ção mas que paga salários muito superiores aos percebidos pelos professores.

Quando esta reivindicação foi negada pelo governador e sua corte, a diretoria do CPERS, ao invés de procurar formas mais eficientes de mobilização, encaminhou as reivindicações do professorado ao Legislativo, emaranhando a categoria nas teias e filigranas da política oficial. Por quase um semestre o professorado ficou de braços cruzados, enquanto deputados discursavam na tribuna à caça de votos para as novas legendas surgidas com a rearticulação partidária.

Quando este caminho esgotou sem nenhum resultado, a diretoria ainda tentou uma nova cartada para conter o magistério: propôs que a reivindicação pela equiparação salarial fosse entregue

ao poder Judiciário e que os professores sentassem, pois a espera seria longa.

A lenga-lenga continuaria até hoje se os professores não dessem um basta e, atropelando a diretoria do CPERS, declararam-se em greve até o atendimento de suas reivindicações.

Com a greve a diretoria mudou de tática: utilizando-se de sua grande capacidade de manobra elegeu um comando de greve composto por nomes ilustres como Tereza Noronha, Zila Totta e Hermes Zanetti, mas que não possuem nenhum contato com as escolas e há muitos anos não sabem o que é um quadro negro. Tentando por todos os meios impedir a organização pela base para não perder o controle, comando e

diretoria realizaram negociações secretas com o governo, discutindo com os tecnocratas da "viabilidade" das negociações.

Por fim, num consenso entre comando e Secretariado do Estado, a proposta foi aprovada depois de nove horas de Assembléia Geral, sem que a categoria tivesse discutido ou mesmo entendido o significado geral do acordo.

### Duas chapas em disputa

Esse encaminhamento é que gerou o descontentamento que hoje se expressa em duas chapas para as eleições do CPERS e que foi crescendo na medida em que mesmo aqueles que apoiaram a proposta da diretoria, perceberam no engodo em que tinham caído.

A partir desta Assembléia diversos grupos de professores levantaram a necessidade de uma alternativa de direção para a categoria. A proposta **Participação** já em dezembro circulava com um programa para o CPERS que mesmo nas férias foi discutido em várias cidades do interior e escolas da capital, conseguindo a adesão de um bom número de professores.

Além de um programa democrático e de lutas o grupo **Participação** até na escolha da chapa diferencia-se da equipe situacionista: enquanto a diretoria conchavava com os diretores de núcleos do interior, montando uma chapa em cima dos currais eleitorais, a oposição realizava uma convenção para a escolha de seus nomes. Na equipe, além de vários professores independentes, estão presentes militantes dos quatro partidos de oposição — PT, PMDB, PDT e PP, constituindo-se numa ampla frente que tem em comum a defesa de um programa e um compromisso de democratização da entidade.

## Contra o oficialismo e a burocracia

— Qual o significado da chapa **Participação** na história do movimento dos professores no Estado?

— Pela primeira vez na história do CPERS se constitui uma alternativa capaz de por em xeque o poder das velhas lideranças que há muito tempo ocupam a entidade. A chapa **Participação** congrega os setores mais combativos da categoria, propondo para a direção do movimento lideranças diretamente ligadas às escolas, que sustentaram o movimento grevista.

— Qual o programa de ação que a chapa está propondo para a entidade?

— Nosso objetivo é democratizar a entidade, transformando-a num instrumento de luta da categoria. Entendemos que a linha atualmente impressa na condução do CPERS tem um caráter oficialista e burocratizado, em muitos aspectos não funcionando como uma entidade de classe, mas como uma extensão da Secretaria de Educação. Isso se percebe até na disposição do prédio, que mais parece uma repartição pública, onde os professores são tratados formalmente por trás dos balcões. Atualmente não existe nenhum canal de participação que incorpore as lideranças surgidas ao nível das escolas. O centro não tem mecanismos intermediários de funcionamento, principalmente na capital onde se encontra a metade da categoria. Não existe também uma imprensa sistemática, que mantenha o professor informado das atividades da diretoria, da luta da categoria em outras instâncias e regiões e que sirva de instrumento de debate e participação do professorado.

Para transformar essa situação nós da chapa **Participação** nos propomos a in-

Entrevista com José Clóvis de Azevedo, presidente da chapa **Participação**, professor de História na Grande Porto Alegre, diretor de um dos núcleos de base do CPERS e membro da direção estadual do PT.

centivar em todo o Estado a organização por local de trabalho, construir canais de participação do professor dentro de sua entidade, criar instâncias intermediárias de organização como as regionais que até hoje não existem no Rio Grande do Sul, acabar com os entraves burocráticos dos núcleos do interior.

Nossa entidade não deve ser uma extensão da Secretaria da Educação

— E qual o programa de **Participação**?

— As direções das lutas da categoria deverão ser traçadas pela própria categoria, no entanto nós, quando nos propomos como alternativa de direção nos propomos um programa, uma linha de intervenção nas nossas lutas específicas, uma concepção de movimento sindical e uma concepção de educação. Propomos a mobilização da categoria pela aposentadoria aos 25 anos de serviço, pelo 13º salário, o reajuste semestral a extensão de todas as conquistas aos aposentados, o enquadramento dos contratados à CLT e sua efetivação depois de cinco anos de trabalho sob contrato. Nos unimos à luta travada por professores e estudantes universitários por mais verbas para educação, pela participação dos pais, alunos e professores nas decisões relativas à educação, a autonomia dos círculos de pais e mestres

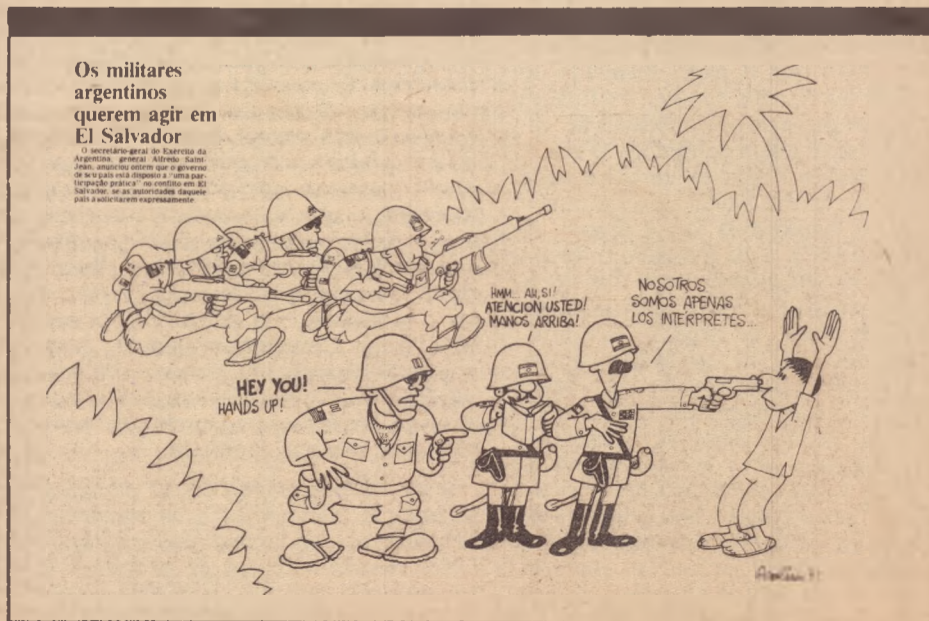
e a eleição dos diretores pelos professores. Entendemos que é necessário que os professores se mobilizem na luta contra o atual modelo educacional, autoritário e elitista, que visa apenas reproduzir as relações de poder e produção atuais.

— Como vocês avaliam a campanha eleitoral numa disputa que agita a opinião pública gaúcha?

— A chapa de continuidade tem privilé-

gios na utilização dos recursos da entidade, telefone, endereços etc., toda a infraestrutura que no caso do CPERS é muito grande, enquanto a oposição não tem acesso aos mesmos benefícios. Além disso as lideranças do último movimento que agora apoiam a chapa **Participação**, estão sofrendo pressões que vão desde a perda das turmas até a transferência de cidade. Apesar dessas dificuldades a chapa tem tido grande receptividade, contando com adesões significativas, com um grande número de colegas discutindo nossa plataforma.

Nosso objetivo está sendo alcançado, que é o de construir uma alternativa no movimento de professores do Estado.





Internacional

Nicarágua

# Sandinistas reagem à conspiração burguesa

**A**o mesmo tempo que aumentavam os sinais de uma intervenção maciça de tropas ianques em El Salvador, a burguesia nicaraguense — apoiada do exterior — tentou uma nova ofensiva geral contra o governo da FSLN.

Ofensiva separatista

O passo mais audacioso desta nova ofensiva foi a tentativa de "independizar" a zona da Costa Atlântica habitada por minorias indígenas, em especial os miskitos. O governo revolucionário vem tratando com especial cuidado o problema das minorias, organizando, inclusive, brigadas alfabetizadoras em miskito e inglês, línguas faladas nessa zona.

A burguesia, no entanto, tentou apoiar-se nas dificuldades econômicas e nas reivindicações nacionais desse setor para provocar um levante. Um ex-agente secreto da Guarda Somoquista, Steadman fagoth Muller, encabeçou a frustrada sublevação.

Abortado o plano e detido Fagoth, a patrulha que perseguia o restante do grupo foi cercada na localidade de Prinzipolka em 4 de fevereiro e no choque morreram quatro membros do Exército Popular Sandinista — EPS — e quatro dos atacantes. Prado, outro dirigente contra-revolucionário, conseguiu fugir, refugiando-se nas comunidades miskitas, que tentou levantar em armas.

Fagoth, detido dias antes, e Prado, eram membros de MISURASATA, a organização que representa os índios miskitos.

Um dia depois destes acontecimentos, um editorial de **Barricada**, diário da FSLN, explicava o conteúdo contra-revolucionário e pró-imperialista do plano separatista explicando que "um projeto assim não pode sair do nada. Existem bases objetivas na Costa Atlântica para que a contra-revolução procure organizar um movimento dessa natureza". Com esta perspectiva o conflito foi combatido. Se formou uma comissão de dirigentes da MISURASATA, organizações religiosas e miskitos residentes em Manágua, que se dirigiu à Costa, para chamar à reflexão e



promover o diálogo. O EPS deteve a totalidade dos dirigentes de MISURASATA comprometidos com o plano separatista e a numerosos ativistas que foram levados à Manágua. Ali foi-lhes mostrado provas conclusivas de que tanto Fagoth como Prado haviam sido agentes dos serviços de informação de Somoza.

Contra-ofensiva política

A comissão, junto com o comandante guerrilheiro Willam Ramirez, ministro do Atlântico, não apenas conseguiu pacificar a zona, como também Prado e dois outros responsáveis pelos assassinatos foram entregues à justiça pelos próprios miskitos. Poucos dias depois todos os dirigentes de MISURASATA — com exceção de Fagoth e Prado — foram liberados. Os mais conhecidos deles, e em particular Hazel Law, um destacado dirigente miskito, convocaram à defesa dos princípios da revolução sandinista através do rádio e da imprensa escrita.

Enquanto a situação na Costa Atlântica alcançava sua tensão máxima, os grandes industriais organizados no INDE

(Instituto Nicaraguense de Desenvolvimento) realizaram uma reunião com 300 representantes patronais na qual seu presidente, Enrique Dreyfus, lançou um ataque frontal contra a revolução. "O governo — disse Dreyfus — pretende nos ignorar totalmente esquecendo nossas reivindicações e colocações; 60% do aparato produtivo do país é controlado pela grande empresa privada e não fomos consultados nos planos de reativação de 80 e 81" (grifo nosso).

Dreyfus reivindicou a memória de Jorge Salazar (dirigente do INDE morto em um choque com o serviço de segurança ao transportar um carregamento de armas destinadas à contra-revolução poucos meses atrás)

Poucos dias mais tarde, foi divulgada a notícia de que Junta de Governo se reestruturava. De cinco passou a três membros, um dos quais, com o cargo de coordenador, assume a presidência virtual da mesma. Dos dois membros que saíram, um é Arturo Cruz, banqueiro, que havia substituído Robelo quando este abandonou a Junta um ano atrás, e o outro Moisés Hassan, um ex-integrante do MPU, frente impulsionada pela FSLN antes da queda de Somoza.

Os três membros da Junta agora são então Daniel Ortega Saavedra, coordenador, Sergio Ramirez e Rafael Córdova Rivas.

Em 5 de março, **Barricada** explicava a reestruturação do governo, em um editorial, como "uma exigência do grau de aprofundamento alcançado pelo processo revolucionário".

Poucos dias mais tarde, no dia 15, a mobilização popular dirigida pelos Comitês de Defesa da Revolução, que fez fracassar a tentativa de Robelo de realizar uma manifestação contra o governo, demonstrou que o aprofundamento é maior a cada dia.

A burguesia em todo o mundo condenou os "excessos" dos CDS. O governo, por seu lado, declarou que a mobilização popular, incluindo seus "excessos" seriam sempre apoiados para enfrentar as manobras da contra-revolução.



**ARGENTINA** — Onda de falências, dispensas e suspensões em massa; alta alucinante das taxas de juros agravamento da recessão; evasão de divisas a um ritmo de 150 milhões de dólares por dia; reclamações contínuas dos agricultores e industriais; insistência crescente na questão dos seqüestrados, exigências do movimento operário que está agora reconstruindo a CGT. Esses são alguns dos traços da situação com que se defrontará o general Viola quando assumir o governo no próximo dia 29 de março. Para enfrentar a situação, Viola viajou para os EUA, onde tentou trocar uma oferta de intervenção em El Salvador por um desafio financeiro e um apoio político para seu país.

**BOLÍVIA** — A situação está confusa após o levante sufocado da Academia Militar do Exército. As forças de esquerda também sofreram um duro golpe, assestado contra a direção do MIR, que juntamente com as outras forças operárias e revolucionárias estão encontrando grandes dificuldades em reorganizar a resistência à ditadura que, por outro lado, não consegue também estabilizar-se.

**COLÔMBIA** — Dura ofensiva contra o M-19. Com o apoio do Equador (outro exemplo da colaboração entre os exércitos latinoamericanos) o exército colombiano prendeu 75 guerrilheiros e assassinou outros 20. Entre as baixas encontra-se o "comandante Uno" e a conhecida guerrilheira Carmenza Londano. A operação começou com a descoberta de uma grande quantidade de armas que passavam para a Colômbia através do Equador. Os chefes do M-19 na prisão admitiram a dureza do golpe, que destruiu uma coluna inteira da organização, mas asseguraram que outras 14 colunas continuaram de pé.

**PANAMÁ** — Aristides Royo, presidente do Panamá, acusou os EUA de treinar mercenários em território panamenho ocupado pelos EUA, com o objetivo de invadir países da América Central. Uma denúncia análoga fez Sérgio Ramirez, da Junta de Governo Nicaraguense: disse Ramirez que existem campos de treinamento nos EUA, Honduras, Guatemala, Costa Rica e Brasil. O Itamarati desmentiu a notícia...

## Propuesta: lançado um jornal argentino no exílio

No último dia 4 de março realizou-se em Madri um ato de apresentação do jornal argentino **Propuesta**. O número zero deste novo órgão de imprensa foi editado por um Conselho Provisório que declara seu propósito de "buscar a unidade operário e popular; refletir todas as expressões da luta levada por nossa classe operária e nosso povo; ser um nexos entre o interior do país e o exílio; expressar e defender as lutas dos povos latino americanos; defender as revoluções de Cuba, Nicarágua e Granada e apoiar ativamente o povo de El Salvador".

Estiveram presentes ao ato representantes da embaixada de Cuba, da Frente Sandinista, e da FDR de El Salvador, assim como delegados de diversos movimentos de solidariedade.

A esquerda espanhola também esteve na apresentação de **Propuesta** através de representantes oficiais das Comisiones Obreras, Union General de Trabajadores, Partido Comunista, Liga Comunista Revolucionária e Movimiento Comunista.

O ante-projeto de Declaração de Princípios, reproduzido no número zero do jornal, afirma sua vontade de "colocar-se no vértice da grande tarefa de reorganizar o movimento operário e alcançar sua independência política"; para isso faz uma ampla convocatória chamando todos aqueles que estejam dispostos a somar-se "sem renunciar a princípios ou posições particulares mas se despojando radicalmente de toda conduta fracionista ou sectária".

Também foi significativa a presença no ato de numerosos dirigentes sindicais no exílio assim como de organizações de esquerda argentina, entre outras, a Confederação Socialista, PRT-ERP, Poder Obrero, Mesa de Organizaciones Peronistas, PRT e Montoneros e a Casa Argentina de Madri.

Os endereços de **Propuesta** para correspondência são:

- Apartado Postal 28010 — Madri — Espanha.
- M.Z. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — CEP 05414 — Brasil.

## Ato de solidariedade ao povo argentino

**Dia: sexta feira, 27/3, às 20 horas**  
**Local: Sindicato dos Jornalistas R. Rego Freitas, 571 - São Paulo**

O Comitê Brasileiro de Solidariedade, por ocasião do 5º aniversário do golpe na Argentina, convida a todos para uma demonstração de apoio àqueles que no país vizinho lutam pelo esclarecimento e libertação de 30 mil seqüestrados e pela vigência das liberdades públicas e dos direitos humanos. No ato será mostrado um áudio visual e falarão sindicalistas e destacadas personalidades da luta pelos direitos humanos.





# Granada - 13 de Março: Dois anos depois da Revolução "Deixem os que trabalham segurarem as rédeas"

O processo revolucionário na pequena ilha do Caribe permanece, até o momento, praticamente desconhecido do público latino-americano. Aqui, uma entrevista exclusiva, feita nos EUA em setembro passado, com Liam James, um dos vinte e três integrantes do Governo Revolucionário Popular de Granada e principal dirigente do destacamento militar que assumiu o controle do quartel general do ex-ditador Gairi, na manhã de 13 de março de 1979.

Por Marcelo Zugadi

**A**lejo Carpentier, o grande escritor cubano, encontraria seiva nova para sua teoria do "realismo maravilhoso" se a morte não o tivesse impedido de conhecer a revolução de Granada.

Porque há algo de fantástico nisto de uma pequenínssima, paradisíaca ilha de 110 mil habitantes do Caribe, não apenas haver-se rebelado contra os opressores autóctones mas ainda ser capaz de levar seu desafio às próprias entranhas do monstro, apresentando-se como um exemplo para o povo negro dos EUA.

Porque se é lógico que a pequenez de Granada a incite a ter a maior audácia para que a sua revolução sobreviva, trata-se de uma lógica pouco usual. Uma lógica que aparece como utópica para os ouvidos cansados da hipocrisia e o estreito "realismo" dos líderes europeus das grandes e poderosas organizações operárias, que retrocederiam espantados diante da proposta do governo de Granada: "Deixem os que trabalham segurarem as rédeas!"

Pouco depois da insurreição e a tomada do poder pelo New Jewel Movement (Movimento do Novo Esforço conjunto para o Bem-Estar, Educação e Liberdade), o embaixador norte-americano, Frank Ortiz, entregou à Maurice Bishop, Primeiro Ministro do Governo Revolucionário Popular, um comunicado do Departamento de Estado que advertia: "Nós veríamos com muito desagrado qualquer tendência por parte de Granada a estreitar relações com Cuba".

Nesta mesma noite, Bishop foi à rádio, leu a mensagem de Carter e respondeu: "... a ninguém, por maior e mais poderoso que seja, será permitido ditar ao governo e ao povo de Granada com quem podemos estabelecer relações de amizade (...). Não somos quintal de ninguém e, definitivamente, não estamos à venda. Quem pensa poder ameaçar-nos e intimidar-nos evidentemente não tem conhecimento, noção ou mesmo indício de que matéria somos feitos."

As ameaças não cessaram e empreenderam-se vários atentados contra os líderes do governo e um boicote turístico. (O turismo e a exportação de cacau, noz-moscada e banana são as principais fontes de renda do país.) Mas isso não demoveu o NJM. Pelo contrário, sua aliança com Cuba estreitou-se mais e mais. Hoje, Bishop é, junto com Tomás Borge e Fidel Castro, expressão da Frente Única de três governos revolucionários que se aliam para defender-se mutuamente da ameaça de intervenção imperialista, mas que, conseqüentes com o princípio de que a melhor defesa é um bom ataque, buscam e apoiam a extensão da revolução centro-americana e do Caribe.

Cuba, por seu lado, enviou 12 médicos à pequena ilha e está colaborando na construção de um aeroporto, além de contribuir com armas para as milícias populares e com barcos de pesca para que Granada possa superar sua extrema dependência de alimentos importados.

Em um ano e meio, Granada mudou radicalmente. "Nós dizemos que somos um governo dos trabalhadores e estamos determinados a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores" afirma Selwyn Strachan, fundador do NJM e Ministro do Trabalho e Comunicações do GRP. Além de implantar leis de proteção ao trabalhador e garantir a efetiva vigência das liberdades democráticas para a população, foram criadas novas fontes de trabalho. As crianças menores de cinco anos tem, diariamente, seu copo de leite gratuito e almoço na escola a preço simbólico. Estradas foram abertas e a construção de um aeroporto para incrementar o turismo encontra-se em estágio avançado. Está em curso a preparação de uma campanha de alfabetização e as bases para o desenvolvimento industrial da ilha.

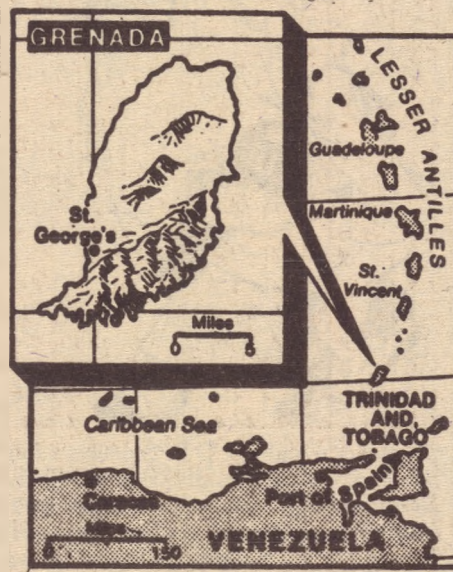
Liam James — 27 anos, ex-estudante, em seguida portuário e dirigente de seu sindicato, hoje integrante do GRP composto de 23 membros — foi encarregado de dirigir-se pessoalmente ao povo dos EUA. Com humildade e firmeza, com uma vitalidade apaixonada (talvez porque "cinza é a teoria, amigo meu e sempre verde a árvore da vida") respondeu às nossas perguntas:

**Os meios de comunicação de massa simplesmente desconhecem a revolução em Granada. Você poderia nos dizer quando e como nasceu a Nova Granada?**

— Nossa revolução se iniciou na manhã de 13 de março de 1979. Antes, havíamos tido uma história de escravidão e colonialismo e no momento da revolução estávamos sob as cadeias do imperialismo. Desde a época da escravidão, nosso povo conheceu uma história de luta. Nunca aceitou a opressão e a exploração de braços cruzados. O 13 de março é apenas o desenlace da luta revolucionária de todo o povo através dos anos.

No momento da revolução tínhamos no poder o governo de Erik Gairi. Era uma ditadura. fraude nas eleições, polícia secreta para reprimir a oposição, vínculos estreitos com o governo de Pinochet, ótimas relações com o governo dos EUA — no qual se apoiava. Predominavam as mais terríveis condições de vida: quase metade da população desempregada, impossibilitada de acesso à educação, miserável e subnutrida.

Nosso partido nasce em 1973. Desde o seu nascimento se manteve de pé de forma conseqüente e defendeu o povo trabalhador. Como resultado disso, o povo de Granada ganhou cada vez mais confiança nele e, na manhã de 13 de março, quando um dos nossos destacamentos de vanguarda atacou o quartel general do exército de Gairi, fechou os portões, tomou a emissora de rádio e convocou a população para sair às ruas e fazer a limpeza final, a resposta foi massiva. Por todo o país ergueram-se barricadas, enquanto ministros, integrantes da polícia secreta, membros da polícia e do exército conhecidos



por sua brutalidade iam sendo detidos. Desde então, o povo vem participando integralmente do exercício do poder revolucionário.

**— Quais são, hoje em dia, os inimigos da revolução?**

— O inimigo identificado e número um de nossa revolução é o imperialismo. E isto porque nossa economia está completamente controlada e submetida por ele.

**— E quais são as bases da economia em Granada?**

— Temos dois setores principais: o comercial e o agrícola. No setor comercial todos os grandes negócios, a companhia telefônica, a companhia de eletricidade, os grandes hotéis e os bancos, estão nas mãos de empresas imperialistas. Na agricultura, o cacau, a noz-moscada e as bananas estão controlados por capitais imperialistas. Não através da propriedade da terra em si, mas através da compra desses produtos onde é o imperialismo quem determina os preços. Por outro lado, quando compramos algo dele, aí também os preços são dados por ele. Desta forma toda a nossa economia é dirigida e controlada pelo imperialismo. E é por isso que ele tem feito tantos esforços para sabotar e fazer retroceder nossa revolução. E é por isso também que nós o identificamos como o nosso principal inimigo.

**— E o que vocês estão fazendo para enfrentar este inimigo?**

— A base de nosso partido está composta principalmente por operários, camponeses e jovens. A nível interno, o que estamos fazendo é, basicamente, elevar a consciência política do povo para que ele compreenda cada vez melhor o imperialismo e o que temos que fazer para melhorar nossas condições de vida. A nível externo, estamos unidos a outros movimentos revolucionários desta região e a nível internacional, para que possamos isolar cada vez mais o imperialismo.

**— E quem são os amigos da revolução de Granada?**

— Nosso povo conta com a amizade e a solidariedade do governo revolucionário

de Cuba, da Nicarágua, Jamaica e do mundo socialista em geral. Temos também a solidariedade e o apoio dos movimentos revolucionários autênticos no Caribe e na América Latina e o firme apoio e solidariedade do povo negro e outros setores progressistas do povo norte-americano. Digo os negros em particular, porque a população negra dos EUA se identificou com a nossa revolução porque a vê essencialmente como uma luta do povo negro, que em nosso país constitui 99% da população.

**— E quais são os meios usados para elevar a consciência política da população?**

— Usamos o periódico do governo que se chama *Free West Indian* que sai semanalmente; também usamos as emissoras de rádio todos os dias e organizamos painéis de discussão sobre diversos temas de importância, sejam nacionais ou internacionais. Isto para que todo o povo, tanto no campo quanto nas cidades conheça as posições de nosso partido sobre os principais problemas nacionais e internacionais. Além disso, organizamos atos públicos para interessar e mobilizar cada vez mais o povo.

**— Você poderia nos dar algum exemplo concreto da relação entre o governo revolucionário e o povo trabalhador?**

— Uma expressão concreta dessa relação é a resposta que tivemos à campanha para integrar até 20 mil pessoas às milícias. A resposta foi significativa. Milhares de pessoas se apresentaram e estão sendo treinadas. A resposta foi animadora especialmente se se levar em conta que o serviço militar se cumpre à noite. Essa é uma expressão concreta da identificação de nosso povo com a revolução.

**— Que significado teve, em sua opinião, a revolução Nicaraguense?**

— O primeiro aniversário da revolução sandinista foi visto por nós como de singular importância para o povo do Caribe e da América Latina. Os nicaraguenses jogaram e estão jogando um papel de importância crucial para a luta de todos os povos da América Latina e do Caribe. Vemos a Nicarágua como uma extensão da nossa luta. Ela nos dá sua solidariedade e seu apoio concreto de várias formas. Em relação ao encontro dos três dirigentes máximos de Granada, Nicarágua e Cuba no último 19 de julho, nós os vimos reunindo-se, expressando a solidariedade mútua e discutindo as questões internacionais. Consideramos isso da maior importância porque o imperialismo tem seus próprios planos para o Caribe e a América Latina. E nós, que somos revolucionários sérios, estamos preparados a comprometer-nos para derrotar o imperialismo. Temos de reunir-nos para discutir a situação internacional, para organizar-nos em defesa do povo trabalhador desta região contra qualquer intento por parte do imperialismo de atacar e tratar de fazer retroceder o processo que está em curso nessa região.



# Os sindicatos poloneses vistos pelo "Bloco Socialista"

Por Wagner Cardoso



A família inquieta e envergonhada. Da esquerda para a direita: Hungria, Bulgária, URSS, Tchecoslováquia, Romênia, Alemanha Oriental e Polônia. Desenho de Gegenstimmen, Viena.

Após a tentativa de "trégua" proposta ao "Solidariedade" pelo recém-empossado primeiro-ministro, general W. Jaruzelski, pode-se afirmar que o impasse continua sendo a tônica: desde 14 de fevereiro — data do compromisso —, o movimento operário polonês continua se estruturando e se opondo à política da burocracia.

A cidade de Lodz saiu na frente: no último dia 10, 200.000 trabalhadores paralisaram durante 1 hora ("greve de advertência") toda a produção em "protesto pela demissão de 5 funcionários hospitalares", por pertencerem ao sindicato. Logo após, os trabalhadores da cidade de Radom, Nowy Sacz e Suwalki, também infringiam a "trégua". Os motivos são sempre os mesmos: reivindicações econômicas ou políticas, onde o autoritarismo dos dirigentes choca-se com a intransigência dos trabalhadores. Agora, a "ameaça de greve geral e nacional" imposta pelos operários da cidade de Bydgoszcz, acentua ainda mais a crise.

A camada dirigente dos países do "bloco socialista" sentiu o verão polonês do sindicato "Solidariedade" como um perigo iminente: o "espectro do contágio" começou a rondar a Europa do Leste. E por isso sua imprensa oficial variou entre o silêncio total sobre os acontecimentos poloneses e a orquestração de uma campanha de calúnias: "ação de elementos antisocialistas, que com o objetivo de fazer retroceder a roda da história não passam de lobos anti-poloneses disfarçados de ovelhas", eis como se referiu ao movimento o "Neues Deutschland", órgão oficial do PC da Alemanha Oriental (República Democrática da Alemanha), em 4/09/80.

Além da imprensa oficial dos Partidos Comunistas, que como pode se perceber não economiza adjetivos para sujar o nome do "Solidariedade", existem outras fontes: as rádios ocidentais, como a "Free Europe" (Europa Livre) e a "BBC" inglesa; ou então os "Samizdats" — imprensa clandestina, que veicula documentos de maneira geral, e da oposição dos dissidentes, com milhares de exemplares.

Se tomarmos o critério geográfico, veremos que a Alemanha Oriental é o país onde circulou o maior número de informações. Isto porque, devido à proximidade com a Alemanha Federal de Helmut Schmidt, a filtragem de informações perde todo seu efeito.

## A República Democrática alemã encurralada

Quando, a 5 de dezembro, momento da reunião dos dirigentes dos PCs pró-soviéticos, advertências já eram feitas através de Hoenecker, Brejnev e outros tantos, para que "Kania controlasse a situação", era sintomática a constatação de que a maioria do dispositivo militar mobilizado para invadir a Polônia — "se necessário fosse!" — concentrava-se em solo da R.D.A.: vinte divisões soviéticas, dentre as quais nove blindadas, sem contar com o exército da própria Alemanha Democrática. Ainda ao nível oficial, as declarações dos dirigentes alemães orientais não deixavam margem de dúvidas: eles tinham como missão "consolidar a coesão da comunidade socialista face às tensões provocadas pelo imperialismo" e dessa maneira "denunciar os elementos anti-socialistas do KOR, que desejam somente a liquidação do socialismo na Polônia" (declaração de Willi Stoph, chefe do governo da RDA, feita em Praga, junto ao seu colega tcheco Strougal).

Todas as medidas daí decorrentes, após

às ações de elementos hostis, agentes do imperialismo internacional, assim como da própria Polônia. Milhões de dólares, originários do exterior, alimentam grupos poloneses hostis ao sistema socialista, enquanto que a propaganda burguesa, impulsiona à legalização organizacional e jurídica de tais grupos". Esses "grupos" nada mais são do que os sindicatos independentes e a ajuda estrangeira existe efetivamente, mas da parte dos sindicatos ocidentais.

Desta caracterização do movimento, os dirigentes stalinistas tiram uma conclusão ameaçadora, que aliás foi propagada pela "Rádio Volga" — rádio destinada às tropas soviéticas de ocupação — no início de dezembro. Em Conferência do Coronel A. Ermanov, responsável pela educação política do Exército do Norte (compreendendo as tropas estacionadas na Polônia), que tinha como tema "por um patriotismo internacionalista", ele afirmava que "nada mais, nada menos que 600.000 soldados soviéticos, deram sua vida contra o inimigo em solo polonês..."

Mas somente em 24 de novembro é que a imprensa soviética decide-se a abrir suas colunas para mencionar o nome do "Solidariedade", caluniando-o obviamente.

O especialista em questões soviéticas Vadim Bielotserkovski, em recente artigo publicado na revista "Alternative" francesa de fevereiro de 1980, afirma que mais do que nunca as autoridades soviéticas começaram a ressaltar — a partir dos acontecimentos de Gdansk — o papel dirigente da classe operária, dos sindicatos e ao mesmo tempo satisfazer grande parte das reivindicações econômicas dos trabalhadores soviéticos. "Se as reações (hostis à "Solidariedade") são inquietantes, outras são puramente cômicas, diz ele. Todos os anos, quando da comemoração do 1º de Maio ou do aniversário da Revolução Russa, o Comitê Central tinha o hábito de lembrar aos sindicatos a "necessidade de aperfeiçoar os métodos de emulação socialista e a atitude comunista face ao trabalho". Mas recentemente, o partido resolveu aplicar outra fórmula. Esta, menos ritual e mais oportuna: "Participar ativamente na melhoria de condições de trabalho e de vida dos trabalhadores soviéticos". Além disso, através do "Literatournaia Gazetta" passa a "glorificar nossos sindicatos, que representam fielmente os interesses dos trabalhadores. Esses instrumentos da classe operária devem ter como tarefa central e eficaz, a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores".

Calúnias quanto ao "Solidariedade" e mentiras quanto às funções dos (seus) sindicatos, assim como quanto ao papel dos trabalhadores na elaboração do Plano, eis a verdadeira face dos burocratas.

NA PRÓXIMA EDIÇÃO:  
"TCHEVOSLOVÁQUIA E ROMÊNIA  
NA ROTA DO SOLIDARIEDADE"

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte e Valmir Menezes.

**Jornalista responsável:** Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

**Arte:** Sérgio Papi e Paulo Roberto Borges

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A - R. Francisco Leitão, 57, Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880

**Sucursais:** Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680;

**Impressão:** Editora Joruês - R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

KIBRAMUNDO

**CHINA EM MOVIMENTO** — Se considerarmos o espaço dado pelos jornais ocidentais, parece que o mais importante acontecimento registrado na China nos últimos tempos foi o julgamento de Chiang Ching e o resto da "camarilha dos quatro". Mas não é bem assim: a China passa por um período de grande agitação social, da qual as querelas internas da burocracia dirigente são apenas um espelho bastante pálido. A população briga, através de greves e manifestações massivas por condições de trabalho melhores, habitações, contra o desemprego e subemprego de jovens, além dos protestos contra a burocracia cada vez mais insensível. Nesse pano de fundo, aparece a notícia de que das 400 mil empresas existentes no país, em pelo menos 10% delas os operários constituíram comissões de fábrica paralelas aos órgãos de representação oficial que levam as reivindicações específicas do proletariado local, e que proliferam apesar dos esforços da burocracia em acabar com esses organismos.

**CIA AGE EM MOÇAMBIQUE** — Essa semana o governo de Moçambique anunciou a descoberta de uma rede de espionagem pró-África do Sul que agia no interior mesmo do Exército Popular e na equipe do Primeiro Ministro Samora Machel. Essa rede foi responsável pelo ataque a Matola no mês passado, que resultou no assassinato, pelas forças militares da África do Sul, de 12 dirigentes dos grupos autonomistas da Namíbia e África do Sul. A rede só foi descoberta com o recurso extremo de se infiltrar um agente duplo. Da ação resultou a retirada, por expulsão, de quatro diplomatas americanos que trabalhavam para a CIA.

**REAGAN E ÁFRICA DO SUL NA OFENSIVA** — O começo do governo Reagan parece "promissor" para as forças do racismo sul-africano: convidando o Primeiro Ministro Botha para visitar os EUA, Reagan dá o seu aval para a pirataria de Pretória, cada vez mais agressiva, com um comportamento cada vez mais próximo, em relação aos países da linha de frente africana, ao de Israel frente ao Líbano e a Jordânia. Reagan não só "reconheceu a posição estratégica da África do Sul" como também informou estar disposto a armar a UNITA de Jonas Savimbi em Angola. Esse último, título da África do Sul que promove uma guerrilha contra o regime de Angola, também foi convidado para visitar os EUA. Resta saber se essa aproximação de Reagan com o que existe de mais reacionário no mundo atual não será impedida pela ação das forças progressistas americanas, e pelo próprio Congresso dos EUA.



# Foi dada a largada no maior sindicato da América Latina Não tem coluna do meio

Oposição sindical X Joaquinzão, governo, PC, HP & Cia, na disputa pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Por Régis Moraes

**O**s metalúrgicos da capital paulista sempre entraram em greve com um pé atrás. Muitas vezes, depois de amargas experiências em que foram traídos pela direção do Sindicato, resolveram organizar suas greves por conta própria, elegendo comissões em cada empresa e negociando com os patrões, como em maio e junho/1978. Mas essas experiências logo mostraram também que era preciso arrancar o Sindicato que eles sustentam e que, em 1964, os militares entregaram a seus protegidos, a gang de Joaquim dos Santos Andrade, e Joaquinzão.

Afinal é um império de 480 funcionários, 68 médicos, 32 advogados, Cr 165 milhões de Imposto Sindical, Cr 119 milhões de processos e homologações, e Cr 25 milhões de mensalidades. Tudo isso para domesticar mais de 350 mil trabalhadores, numa concentração operária comparável a grandes centros industriais dos países desenvolvidos.

Por isso, a ditadura militar tem seus homens de confiança nessa diretoria. Joaquinzão, em 1964, foi nomeado como interventor para "acabar com os comunistas e com as greves" no Sindicato de Guarulhos. Clemiltres Guedes foi em São Bernardo. Bernardino Testa em São Caetano, Malvezzi e João Vicente fizeram o serviço em São Paulo. Todos eles nomeados pelos milicos. Hoje estão em S. Paulo, e se preparam para a campanha eleitoral, que se inicia, realmente, em abril.

A chapa do pelego conta agora com algumas injeções de sangue novo. Desde a última campanha salarial, Joaquim e seus novos aliados, apoiadores dos jornais **Hora do Povo** e **Voz da Unidade**, vem fazendo um intenso trabalho de doutrinação. Organizando excursões e churrascadas na sede de campo do Sindicato, resolvendo pequenos problemas de rotina dentro de algumas fábricas, conseguiram enturmar de 500 a 600 operários, distribuídos por várias empresas. Esses trabalhadores fazem parte da sua retaguarda para as próximas eleições, além de fornecer alguns quadros para remoçar a chapa da pelegada.

## O pelego "renovado"

Ao lado disso, Joaquim vem recebendo o apoio de ex-oposicionistas, que por conveniências políticas fizeram com ele um acordo e resolveram calar o bico, além de trabalhar ativamente para prestigiar Joaquinzão e sua gang. É o caso de Cândido Hilário, o Bigode, que os metalúrgicos conheceram na campanha eleitoral de 1978, quando encabeçou uma das chapas contra Joaquim, a chapa 2, da chamada "renovação sindical". Nessa época, Hilário serviu muito bem para confundir a categoria sobre quem era mesmo a chapa da oposição. Depois de levar algumas pancadas dos asseclas de Joaquim, na porta do Sindicato (julho/1978), Hilário parece que aprendeu bem a lição e foi convencido a aderir ao pelego. Hoje, chama Joaquim carinhosamente de "nosso general" e é um dos mais exaltados "Décios Malhos", compondo a tropa de choque especializada em espancar operários da oposição.

A chapa de Joaquim é sem dúvida a diretoria que o governo e os patrões querem no Sindicato. Afinal, com toda a sua demagogia, ele tem conseguido, em todos estes anos de ditadura, criticar o governo nos discursos e ao mesmo tempo entregar o ouro aos patrões. Nos últimos tempos, ele é a esperança declarada do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, para ofuscar a estrela do Lula, que simboliza para os



Joaquinzão abraçando Prieto — ministro do Trabalho do general Geisel

operários o tipo de sindicato que organiza, une, briga e não foge do pau. O ministro sabe que precisa de Joaquim e seus aliados para iludir os metalúrgicos, fazendo-os aceitar os sacrifícios da crise que os patrões não querem pagar.

## A oposição escala o time

"A oposição não cansou de apanhar? — provoca o Joaquinzão. E realmente os trabalhadores tem apanhado da fome, da polícia e dos pelegos. Mas parece que não cansaram. Desde 1967, com uma teimosia "irritante", a oposição vem organizando chapas nas eleições, participando das campanhas salariais ativamente, disputando o terreno com o pelego, apesar de não ter as suas armas. Uma história de perseguições, desemprego, prisões, tortura.

Agora, no último dia 22, a oposição realizou sua convenção para escolha de chapa. Cerca de 350 metalúrgicos se reuniram no Colégio Cristo-Rei, zona leste, para selecionar os 24 nomes que enfrentarão as urnas. As dificuldades para compor a chapa não são pequenas, como já dissemos na nossa última edição (ver ET nº 124). Por isso, entre os sete nomes da diretoria efetiva, que reúne os elementos mais experientes, estão operários que, em sua maioria, tiveram que amargar um emprego em fábricas menores, depois de ficarem pulando de empresa para empresa, perseguidos pela famigerada "lista negra" dos patrões.

Mas a chapa revelou também uma série de novos militantes, escolhidos em reuniões de suas fábricas: Piratininga, Ford, Aliperti, Arno, Massey-Ferguson, Lorenzetti e outras. A efetiva da chapa oposicionista tem a seguinte composição: Waldemar Rossi, um dos fundadores da oposição, e um dos mais influentes e combativos representantes da Pastoral Operária, conhecido nacionalmente como o operário que falou ao papa no Estádio do Morumbi; Fernando do Ó que compôs a chapa 3 em 1978, militante do PT; Hélio, também da antiga chapa 3, membro da comissão de fábrica da Massey-Ferguson, a empresa que sustentou a greve mais

longa de 1978; Anísio, também da antiga chapa 3, membro da comissão da Toshiba, primeira fábrica da capital que "greveou" em 1978; Pereirinha, presidente da comissão de salários na greve de 1979, é da direção estadual do PT; Zico, conhecido militante da oposição, da Pastoral Operária e do PT; Sabino, operário escolhido pelos grevistas da aguerrida "Máquinas Piratininga".

## Aurélio Peres aquele que tudo quer

Mas a campanha da oposição vai ter que enfrentar um outro adversário. O deputado do PMDB Aurélio Peres, metalúrgico que anteriormente estivera com a oposição, resolveu lançar seu nome para cabeça da chapa, forçando os outros militantes a aceitar suas exigências. Além da presidência, Aurélio pretendia indicar mais cinco nomes "intocáveis", além do direito de cortar os nomes indicados pelos outros militantes, conforme bem entendesse. Exigências dignas de um imperador. E, para espanto dos oposicionistas, Aurélio já antecipava que não deixaria entrar na chapa seu antigo correligionário, Fernando do Ó Veloso, por "motivos ideológicos". Antigamente, era o DOPS que exigia dos candidatos um "atestado de ideologia". Agora, o sr. Peres acha que também tem esse direito. O que levou muita gente a perguntar o que seria de um país, ou de um sindicato, com Aurélio na presidência. Com certeza, organizaria uma tropa de choque, uma policiazinha secreta para engaiolar os dissidentes em cadeias ou hospitais psiquiátricos. Depois de relatar essas exigências, o oposicionista Neto, dirigindo-se à assembleia, concluiu: "olha gente, isso não é um pesadelo que tive essa noite, não; eu gostaria que fosse. Mas infelizmente isso aconteceu mesmo, e os companheiros do jornal **Tribuna da Luta Operária**, que apoiam o Aurélio e estão aqui podem dizer se não é isso". Os tribuneiros, quando falaram, foi para confirmar que era isso ou nada...

O que levou os presentes a entender que as exigências eram feitas exatamente para

não negociar, mas para impor. Aliás, a última proposta da oposição era registrar uma chapa conjunta e, depois de 15 dias, convocar uma assembleia aberta para votar os cargos, inclusive a cabeça da chapa. A resposta dos tribuneiros foi de que não aceitavam se submeter a nenhuma assembleia...

Já Waldemar Rossi, encabeçador da chapa da oposição, manifestou que aceitaria qualquer composição, desde que fosse decisão de uma assembleia convocada para esse fim. O objetivo dos tribuneiros, segundo avaliou Pereirinha era menos o de conseguir uma chapa unitária e mais fazer uma campanha para propagandear a posição de seu grupo no movimento metalúrgico, mesmo que isso custasse uma divisão das oposições e mais três anos de Joaquinzão.

## Agora a campanha

A chapa da oposição parte agora para uma campanha que promete muita dor de cabeça. Afinal, entre outros obstáculos, sem listas de sindicalização, que são monopólio da diretoria do Sindicato, a oposição tem que se guiar pelas experiências dos anos anteriores e fazer uma gigantesca e cara campanha dirigida aos 400 mil trabalhadores da base. A direção da luta fica a cargo da chapa e das comissões já montadas. Além disso, serão realizadas assembleias de três em três semanas, para prestação de contas e acerto de ponteiros.

A campanha será dramática. Porque o que está em jogo, acima de tudo, é a confiança da categoria na sua própria organização. E para o governo, para os patrões, a campanha é um teste e uma etapa fundamental para estabilizar os pelegos "reformados" na tarefa de "domesticar" a revolta operária contra a exploração. E, como disse um oposicionista, se referindo ao apoio do Partido Comunista Brasileiro e dos brigadistas do **Hora do Povo**, aliados do Joaquinzão, "o governo fez a cabeça desse pessoal e agora os pelegos reformados estão de transa com os reformistas apelegados". Até quando os operários vão assistir esses seus pretensos "dirigentes" conduzir a classe para o matadouro?